



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 129 SÁBADO, 22 DE AGOSTO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 25/2015.....	4
-----------------	---

2 – ATA DA 141ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE AGOSTO DE 2015.....	5
---	----------

2.1 – ABERTURA.....	5
---------------------	---

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
----------------------------------	---

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação.....	5
---	----------

2.2.1.1 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62/2015.....	5
---	---

2.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Registro do artigo “Mínimo Dever de Casa”, de autoria de S.Exª, publicado no jornal Zero Hora; e outro assunto.....	5
--	---

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Críticas aos partidos de oposição por supostamente supervalorizarem os problemas existentes no País; e outros assuntos.....	14
---	----

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Registro da importância do agronegócio para o País.....	17
---	----

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Alegria com a aprovação de acordos de cooperação entre o Brasil e a França.....	23
---	----

SENADOR ROMERO JUCÁ – Críticas ao Ministro da Fazenda pela condução do ajuste fiscal calcado no aumento de tributos.....	27
--	----

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Defesa da aprovação de projeto de lei que modifica a forma de cálculo das dívidas públicas dos Estados e Municípios com a União Federal; e outro assunto.....	28
--	----

2.3 – ENCERRAMENTO.....	33
-------------------------	----

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA.....	34
--	-----------

4 – RETIFICAÇÕES

Ata da 110ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 30 de junho de 2015, publicada no Diário do Senado Federal nº 101, do dia subsequente.....	35
---	----

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	37
--	-----------

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	40
--	-----------

7 – LIDERANÇAS.....	41
----------------------------	-----------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	43
---------------------------------------	-----------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	57
--	-----------

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	65
--	-----------

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	112
-------------------------------------	------------

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS.....	135
-----------------------------------	------------

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	148
-------------------------------------	------------

Publique-se
20/8/15
Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

ATO DO PRESIDENTE Nº 25 de 2015

Altera o Ato do Presidente nº 11, de 2015, que institui Comissão de Especialistas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º O art. 2º do Ato do Presidente nº 11, de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º

.....

XVIII - Geraldo Vieira;

.....”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de agosto de 2015.


Senador **RENAN CALHEIROS**

Presidente

Ata da 141ª Sessão, Não Deliberativa, em 21 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Srs. Telmário Mota, Paulo Paim e João Capiberibe.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 5 minutos e encerra-se às 11 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 20 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Convidamos à tribuna o nosso primeiro orador do dia, Senador Paulo Paim, que muito bem representa o Rio Grande do Sul e orgulha o Senado brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, que preside a sessão do Senado, V. Exª tem sido uma das grandes e boas surpresas dessa nova geração. E não estou aqui falando da idade de cada um de nós, mas da geração que chegou aqui, no Senado da República.

Eu queria primeiro cumprimentá-lo e dizer da importância dos debates, da sua participação no dia a dia da Casa, tanto nas comissões, quanto na tribuna. Ontem, fiz questão de elogiar, inclusive, o pronunciamento de V. Exª na linha de combate à impunidade, à corrupção, de uma reforma político-eleitoral, e até partidária, se for necessária, se for para mudar o Brasil para melhor. Então, ficam aqui os nossos cumprimentos.

Mas, nessa visão de mudar o Brasil, meu querido Senador, os três Senadores do Rio Grande, em razão da crise que atravessa o nosso Estado... E ontem fiz um pronunciamento longo sobre as paralisações que estão lá acontecendo, como essa de três dias, que envolve todo o funcionalismo, em que cerca de 40 mil pessoas pararam totalmente até esta sexta, na busca de soluções para o Estado. E, nessa visão, os três Senadores do Rio Grande, a imprensa gaúcha tem dialogado muito conosco. Escrevemos artigos, falamos nas rádios, na TV.

O jornal *Zero Hora* pediu que cada Senador colocasse a sua visão sobre a crise no Estado. E eu fiz um artigo para o jornal *Zero Hora* nesse sentido que registro aqui, da tribuna, neste momento, com o título: "Mínimo Dever de Casa". Ele é no sentido de que façamos o dever de casa e estabeleçamos, é claro, uma parceria pela própria renegociação da dívida do Rio Grande com a União, porque é uma dívida impagável – repito. Devíamos, quando fizemos a dívida, 10 bi; pagamos mais de 22, e estamos devendo mais de 50. Então, isso não se vai pagar nunca.

Lembro-me até daquela história de quando nós comprávamos a casa pelo Sistema Financeiro de Habitação, lá atrás. Só que a dívida se tornava impagável e chegou o momento em que o próprio banco entendeu que não havia como. Então, a quem tinha pagado por uma série de anos, foi dado o título de quitação.

Pelos cálculos que nós fizemos... E vou também apresentar um projeto, no dia de hoje, junto com os três Senadores, que faz a atualização da dívida do Rio Grande pela correção do IPCA ao longo do período.

Nós somos um ente federado, e não dá para a União tratar os seus filhos, eu diria, como se fossem simplesmente empresas que estão pagando juros para um banco. Não é isso! Nós, numa visão nova do Pacto Fe-

derativo, queremos a descentralização, e o papel da União não é tratar os Estados-membros como se fossem uma empresa ou alguém que está pedindo um empréstimo.

É nessa linha, Sr. Presidente, que vou desenvolver aqui o artigo que fiz e que foi publicado no dia hoje. Também serão publicados os artigos dos outros dois Senadores.

Sr. Presidente, peço – já mostrei aqui o jornal – que seja registrado nos *Anais* da Casa artigo de minha autoria sob o título “Mínimo dever de casa”, veiculado no jornal *Zero Hora* desta sexta-feira.

O texto foi a pedido da Editoria de Opinião do jornal e integra uma série de artigos assinados por Parlamentares, empresários, sindicalistas, ex-governadores, também com a visão, naturalmente, do atual Governador.

O tema é a crise financeira no Rio Grande do Sul e as saídas para o Estado. Já foram publicados textos, Sr. Presidente, do Presidente da CUT do Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo; do Presidente da Força Sindical no Estado, Cláudio Janta; da Presidente do CPERs (Centro dos Professores), Helenir Aguiar Schürer; do Presidente da OAB/RS, Marcelo Bertoluci; do Presidente da Fiergs, Heitor José Müller; do Presidente da Federasul, Ricardo Russowsky; do Presidente da Fecomércio, Luiz Carlos Bohn; do Presidente da Farsul, Carlos Sperotto; do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Edson Brum; e também dos dois Senadores do Estado: Senadora Ana Amélia e Senador Lasier Martins, com quem falei hoje pela manhã sobre a crise no Rio Grande.

A programação prevê a participação dos ex-Governadores Tarso Genro, Yeda Crusius, Germano Rigotto e do nosso inesquecível ex-Governador Olívio Dutra.

Sr. Presidente, após a leitura que farei aqui do artigo, repito que o objetivo é que a sociedade viva do Rio Grande, os articuladores, os políticos, os mais variados setores falem sobre visões de recuperação do nosso Estado, o Rio Grande.

Vamos ao meu artigo, Sr. Presidente, que está, hoje, publicado no jornal *Zero Hora*. Até o momento, fiz uma introdução, agora, passo a apresentar o artigo na visão de que entendo que é possível, sim, recuperar, para os gaúchos e gaúchas e para o País, a economia, as finanças, e que o nosso Estado volte à normalidade.

Começo dizendo, Sr. Presidente:

Nenhum debate sobre soluções para a crise financeira do Rio Grande do Sul está desvinculado da questão nacional. Isso é válido para todos os Estados e Municípios da Federação.

O Brasil não tem de fato uma proposta desenvolvimentista que resguarde e incentive a indústria, a infraestrutura, a educação, a saúde, as pequenas e médias empresas ou uma taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população. Sobremaneira, que valorize o homem do campo e o trabalhador da cidade, ofertando produção, emprego e renda. Igualmente, não temos uma política que possibilite esperança aos jovens e acaricie com justiça o direito sagrado dos aposentados e idosos. Pouco tem sido feito para combater a sonegação de impostos [e a própria corrupção]. E quase nada para penalizar efetivamente corruptos e corruptores [inclusive no Rio Grande]. Estamos aquém de um projeto que harmonize os interesses públicos e a iniciativa privada.

Os poderes constituídos devem um novo Pacto Federativo ao povo brasileiro. Quase 70% da arrecadação nacional vai para os cofres da União. É vexatório o beija-mão de governadores, prefeitos [Deputados] e vereadores [Senadores!] nos palácios de Brasília.

Receber o seu quinhão não é favor algum, é um direito de cada Estado, de cada Município.

Os recursos, além de serem descentralizados, devem estar vinculados à responsabilidade social e ambiental dos gestores públicos. Nesta mesma esteira, estão as reformas. O brasileiro exige cidadania tributária, cidadania fiscal, cidadania econômica, cidadania social.

Combinado a isso, deve haver clareza de que cumpre aos Estados fazer o que eu chamo de “mínimo dever de casa”. Vejamos a situação do Rio Grande do Sul.

Conforme o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, a sonegação do ICMS no Estado correspondia, em 2014, [a nada mais e nada menos, e não é pouca coisa], a R\$ 7 bilhões. Dinheiro esse que poderia ser usado para efetuar, em dia, o pagamento dos servidores e aposentados. Do mesmo modo, no cumprimento do piso nacional dos professores, [que até hoje o meu Estado não paga, entra governo e sai governo e nem o piso dos professores é pago], ou na ampliação e construção de postos de saúde, [mais investimento em nossa educação, tão fundamental para qualquer povo em qualquer País do mundo].

A corrupção precisa ser severamente combatida pelos governos, [em nível nacional, mas, também, em nível estadual]. A propina, o dinheiro que sai dos cofres públicos, desviado, não é exclusividade do âmbito federal. Há corrupção também nas esferas estadual e municipal. No público e privado.

Outra medida, Sr. Presidente, é discutir a dívida com a União, contratada em 1998. Ela compromete 13% de toda a receita e precisa [precisa sim] ser repactuada urgentemente. A dívida inicial, [como

eu dizia em um comentário que fiz na abertura], era de R\$ 9,7 bi. Já foram pagos R\$ 22 bi, restando, ainda, R\$ 47 bi, [que, atualizados, vão dar mais de R\$50 bi]. É lógico que, desta feita, um Estado que é a quarta economia do Brasil, que contribui com quase 9% do PIB nacional, só pode estar em crise, [porque é uma agiotagem da União com o Estado e uma dívida impagável].

A dívida ativa (débitos de pessoas e empresas com o Governo) precisa ser cobrada. O TCE estima que ela esteja na casa dos R\$ 10 bi. Já a dos municípios gaúchos ultrapassa a casa dos R\$4 bi.

A par dessas ações, não se admitem [simplesmente achar que as] privatizações [vão resolver tudo]. O foco do Governo deve ser [sim] aperfeiçoar a aplicação do dinheiro público, [ter posição firme] olhares na fiscalização tributária, assim como operar com responsabilidade na arrecadação, cobrança e transparência das contas públicas. Deve, ainda, repensar a concessão de benefícios fiscais para atrair investidores.

O Governo deve estar aberto para debater suas ações com o coletivo, ou seja, o povo poderá sugerir o que é prioridade e cobrar dos agentes políticos.

O empoderamento do povo é um elemento de base imprescindível ao bom governo, basta que citemos [as experiências do Rio Grande com] o Orçamento Participativo [método que deu certo não só na capital, em Porto Alegre, como em Rio Grande, como em Canoas e em outras tantas cidades, como Pelotas].

O desenvolvimento pressupõe políticas humanitárias ou preventivas, que garantam os direitos e as conquistas dos trabalhadores. Incentivemos, pois, uma sólida cultura de governabilidade que ultrapasse [as] bandeiras e greis partidárias e ideológicas. Basta do arcaísmo político: situação *versus* oposição e vice-versa. Isso mata o potencial de cada ente e castra os sonhos e as esperanças de gerações. A velha província de São Pedro há muito deixou de ser [queiramos ou não] protagonista. Suas façanhas que outrora [cantávamos, no nosso hino, deixaram de ser] “modelo a toda terra”, hoje embalam [com orgulho os nossos] hinos e canções [mas o momento é outro e as façanhas têm que acontecer hoje, aqui e agora, não só no passado].

Sou daqueles que ainda acredita que o vento da terra de Érico Veríssimo vai para o sul e faz seu giro para o norte.

Por isso, quero renovar meus compromissos de apoio e de luta renhida em defesa [permanente] do povo sul-rio-grandense, aqui, agora e sempre.

Sr. Presidente, com o propósito de contribuir para o debate sobre a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o jornal *Zero Hora* publica, até setembro, uma série de visões do Rio Grande. Trata-se de um dossiê com mais de 15 perspectivas diferentes e críticas sobre as possíveis saídas para a crise do nosso querido solo gaúcho.

Para isso, o jornal solicitou a lideranças – como eu dizia na abertura, empresários, sindicalistas, políticos – artigos, análises e propostas, a partir da seguinte questão: o Rio Grande tem saída? Sim, tem saída. A série teve início em junho. A ideia é produzir um dossiê plural, a ser entregue ao Governo do Estado do Rio Grande.

Parabéns ao jornal *Zero Hora* pela iniciativa.

Sr. Presidente, depois de fazer esse pronunciamento, que foi o meu principal pronunciamento do dia de hoje, eu queria ainda deixar registrada, nos *Anais* da Casa, a “Carta de Florianópolis”, Santa Catarina, que recebi. A Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Deputada Ana Paula Lima, enviou ofício ao meu gabinete, falando da Carta de Florianópolis. Como a achei uma carta humanitária, que fala da humanização do parto, eu trago-a a esta tribuna.

Essa carta, explica à presidente, é o resultado dos trabalhos realizados durante o I Congresso Nacional sobre o Parto Humanizado, realizado em junho deste ano naquela Casa Legislativa. A Presidente Ana Paula, autora da iniciativa, ressalta que o evento ficou sob a responsabilidade da Comissão de Saúde, em parceria com a Escola do Legislativo, e teve a presença de 600 participantes. O documento reflete a preocupação de todos em defesa do parto humanizado, em defesa da vida, e pontua indicativos das ações necessárias para que isso aconteça.

Criar as condições de acessibilidade às informações, assim como aos serviços de assistência às mulheres sobre o benefício de optar por um parto natural, é uma obrigação de todos nós. E, por isso, faço a minha parte aqui da tribuna do Senado.

Sr. Presidente, “A Carta de Florianópolis, Parto Humanizado: em defesa da vida”, inicia assim:

Nós, entidades, organizações, profissionais de saúde, gestores públicos, pesquisadores, Parlamentares, parteiras, doulas, pais e mães, reunidos em Florianópolis (...)

Reconhecemos que a realidade em nosso País ainda mostra um desequilíbrio muito grande entre os números de partos naturais em nossa sociedade;
que há escassez de recursos alocados, em especial à atenção ao parto, [à vida];
que falta acesso à informação de qualidade;
que há um dilema para o registro dos bebês nascidos em casa;
que a escolha da via de parto deve ser um direito das mulheres;
que a mulher negra sofre sete vezes mais violência obstétrica do que a mulher branca no ambiente hospitalar;

Há uma discriminação, e não sou eu que estou dizendo, é de um congresso que reuniu 600 especialistas no tema. E assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Carta segue dizendo:

a superação do modelo de atenção vigente ao parto e nascimento
que as Casas Legislativas, nos Estados e Municípios, priorizem a elaboração urgente de legislação específica para facilitar a implementação de práticas que conduzam ao parto natural nos hospitais brasileiros;
que os governos criem em suas leis orçamentárias programas e dotações específicas para a prática de parto natural e humanizado [que sai muito mais barato de que, por exemplo, a famosa cesariana];
abertura de cursos nos Municípios/Estados para enfermeiros, obstetras e obstetrizes;
que seja facultado às mulheres, durante o pré-natal, formular seus planos de expectativa para seus partos, e que estes sejam respeitados pelo serviço de saúde.

Entre os comprometimentos assumidos, eles destacam:

Incentivar gestores para que busquem a instalação de centros de parto natural; fiscalizar a correta aplicação de recursos e execução de programas referentes ao parto humanizado nos conselhos municipais e estaduais de saúde.

Ao final, senhoras e senhores, eles manifestam: “Que nossos esforços desafiem as impossibilidades’ e que a vida, enfim, prevaleça.”

Termino dizendo, Sr. Presidente. Parabéns à Deputada Ana Paula Lima; parabéns a todos os Congressistas; parabéns aos 600 participantes pela contribuição que dão ao País, por esta importante iniciativa que coloca o foco em um tema de suma importância para a humanidade: trazer um ser humano à vida, que passa pelo fortalecimento dessa questão.

Fiz questão de abordar o assunto na tribuna, porque o texto sobre o parto humanitário, com suas observações e sugestões, é muito importante, é valioso, é precioso, e merece de nós toda a atenção. Creio que a sua implementação trará, com certeza, a melhoria da qualidade de vida para os bebês que estão nascendo, e serão aqueles que serão jovens, os adultos, os homens e mulheres, que vão dirigir não só suas famílias, dar sua contribuição ao Município, ao Estado e à União, mas vão dirigir o País, a Nação, no futuro.

Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a pela sua paciência para que eu falasse de dois temas que, para mim, são muito caros: a questão de encontrar caminhos, de forma coletiva, com todas as forças vivas do Rio Grande, para a nossa realidade. Que os servidores possam voltar ao trabalho com os seus salários em dia, e que o Governo possa investir em saúde, educação, habitação, segurança, infraestrutura, no combate à violência, como fizemos muitos e muitos anos atrás. E que a gente possa voltar a dizer: que sirvam nossas façanhas de modelo a toda a história.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, antes de V. Ex^a sair da tribuna, eu quero ser solidário à fala de V. Ex^a, solidário ao povo do Rio Grande do Sul, por quem nós, brasileiros, temos muita admiração, muito carinho, muito respeito. É um povo honesto, um povo trabalhador, um povo digno. Com certeza, neste momento tão difícil por que passa o Rio Grande do Sul, com suas economias abaladas, eu não tenho nenhuma dúvida de que haverá sabedoria naquele povo, e o apoio do Governo Federal para que o Rio Grande do Sul se erga o mais rápido possível e possa proporcionar a tranquilidade e a paz para o povo gaúcho, que tem todo o meu respeito e o respeito do povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Presidente Telmário Mota.

Eu sei – e o Senador Medeiros está aqui no plenário – que o povo gaúcho pode contar com todos os Senadores. É uma realidade triste, mas, quando eu olho para essa situação, confesso aos senhores que olho também para os outros Estados. Se nada for feito – e V. Ex^a falava ontem sobre isso da tribuna –, nessa realidade nacional, o Rio Grande, como se diz, é a ponta do iceberg que está aparecendo no meio do oceano, demons-

trando que isso vai se expandir para os outros Estados. Neste momento, é fundamental que busquemos uma solução a partir do Rio Grande, mas que ela abrace também os nossos Estados irmãos.

Senador Medeiros, é sempre uma alegria ouvir V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paulo Paim, Senador Telmário Mota, não nos esqueçamos que o Rio Grande é um Estado de vanguarda, considerando o ativismo jurídico e tantas outras coisas que começam ali. Se há um Estado que puxa a fila neste País é o Estado do Rio Grande do Sul. E nos preocupa dessa vez, porque o Estado do Rio Grande do Sul está puxando a fila, como V. Ex^a mesmo disse, sendo a ponta do iceberg de uma coisa muito terrível que está por aí. Já encontrei vários governadores dizendo o seguinte: “se não acontecer tal coisa, eu não pago folha depois de setembro”. Outro, dizendo: “se não chegar o fundo do FEX, eu vou ficar em dificuldades”. E já existem vários Municípios pelo Brasil afora na situação em que está o Estado do Rio Grande do Sul agora: não estão conseguindo honrar os seus compromissos. Só para V. Ex^a ter uma idéia, foi aprovado o piso para os professores – o Senador Telmário Mota sabe muito bem do que estou falando, porque, com certeza, Roraima está com esse problema também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Rio Grande do Sul não paga o piso.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pois é. A grande maioria não paga o piso, e não paga porque não tem dinheiro. Só existe bom pagador se tiver dinheiro. Não queremos ser profetas do caos, aliás torcemos para que o Rio Grande do Sul possa se restabelecer e que a gente possa encontrar uma saída. Como V. Ex^a disse, vai ter uma saída, e espero que isso aconteça logo, porque isso tende a se espalhar pelo País inteiro. Essa é a grande realidade. Infelizmente, aconteceu primeiro no Rio Grande do Sul. De lá tantas coisas boas surgiram primeiro, mas, dessa vez, saiu uma negativa. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Agradeço o apoio, Senador Medeiros, Senador Telmário Mota, pela realidade do Rio Grande. Podem ter certeza que eu não venho à tribuna porque perdemos o governo lá para um partido adversário. Venho com tristeza, devido à situação a que chegamos, no acúmulo de décadas e décadas. Isso não é bom para ninguém – para ninguém! Aqueles que torcem para que esse ou aquele governo dê errado, porque é oposição, não contem comigo. O processo eleitoral se dá no momento da disputa eleitoral. Governadores eleitos, como é o caso do Rio Grande do Sul, em que nós éramos governo e perdemos, terão que ter todo o apoio, sim, dos três Senadores de cada Estado. E assim nós vamos agir.

Não adianta um ou outro, de forma irresponsável, colocar uma notinha de que não está entendendo a minha posição. A minha posição é esta, sim. Eu farei aqui, como diz o outro, na ponta dos cascos dos cavalos – como lembravam os grandes guerreiros do Rio Grande –, toda a defesa que tiver que fazer pelo Rio Grande, independente de quem seja o governador. Seja do PSOL, seja do PMDB, seja do PSDB, seja quem for, terá em mim um guerreiro, e tenho certeza terá também dos outros Senadores de cada Estado, como aqui é dito sempre. Defenderemos, sim, o interesse nacional, o País, mas jamais deixaremos de fazer o bom combate em defesa dos nossos Estados, e, neste momento, eu venho à tribuna falar da situação do Rio Grande.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Nós somos testemunhas, Senador Paim, da sua honestidade de propósitos aqui. Tanto é que, por vezes, mesmo sendo do partido do Governo, quando se trata de pautas que V. Ex^a entende que não são de interesse do País ou de interesse, por exemplo, dos aposentados, V. Ex^a se posicionou aqui de forma firme. Nós somos testemunhas de que V. Ex^a não tem feito oposição aqui ao Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado. É sempre importante ouvir a fala de Senadores respeitadíssimos na Casa, como V. Ex^{as}, Senador José Medeiros, Senador Telmário Mota, assim como de tantos outros Senadores.

Eu tenho viajado a cada Estado deste País, fazendo o debate das minhas preocupações com alguns projetos que estão na pauta da Câmara e do Senado, e percebo, na verdade, o carinho da população. Já estive em seu Estado, Senador Telmário Mota, e percebo o carinho que eles têm pela sua atuação aqui em defesa do seu Estado e do País. Senador Medeiros, nós já havíamos nos programado, mas tive que trocar. V. Ex^a se prontificou a ser um dos articuladores da nossa ida ao Estado, para debater terceirização, os interesses do País, a democracia. Mas foi por motivo de minha doença que ainda não fui, mas já ajustamos.

É muito bom, para mim, chegar a um Estado e ter os Senadores na Presidência da Assembleia, junto comigo, coordenando esses eventos que visam apontar caminhos, respeitando direitos dos trabalhadores e dos aposentados, combatendo todo tipo de preconceito, olhando para todos, como eu digo, além do horizonte, para as pessoas com deficiência, para empreendedores, para os trabalhadores e pelo fortalecimento da economia do Estado e também em âmbito nacional, sabendo que, se a economia sai fortalecida, todos ganham. Tanto que a nossa política de salário mínimo, de inflação mais PIB, tirou o salário mínimo de US\$60 para US\$300.

Mas, agora, o PIB não crescendo, o salário mínimo também não cresce, e os aposentados também não têm a mínima perspectiva de ter reajuste real.

Por isso, mais uma vez, obrigado a todos. E fico à disposição de V. Ex^a, se entender que devo colaborar na Presidência dos trabalhos.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Artigo “Mínimo Dever de Casa”, jornal *Zero Hora*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ZERO HORA
SEXTA-FEIRA,
21 DE AGOSTO DE 2015

33

VISÕES DO RIO GRANDE

Com o propósito de contribuir para o debate sobre a retomada do desenvolvimento do Estado, ZH solicitou a lideranças empresariais, sindicais e políticas artigos analíticos e propositivos a partir da seguinte questão: O Rio Grande tem saída? Como? A série, iniciada em junho com opiniões de representantes de entidades empresariais, teve continuidade em julho com sindicalistas e lideranças classistas e está sendo retomada agora com parlamentares. Em setembro, será a vez de governantes.

ZH.com.br
Vídeo: zhora.co/VisoesDoRioGrande
Texto: zhora.co/artigopaim
Todos os artigos e vídeos da série em zhora.co/VisoesDoRS

MÍNIMO DEVER DE CASA

PAULO PAIM
Senador (PT-RS)

Nenhum debate sobre soluções para a crise financeira do Rio Grande do Sul está desvinculado da questão nacional. Isso é válido para todos os Estados e municípios da federação.

O Brasil não tem de fato uma proposta desenvolvimentista que resguarde e incentive a indústria, a infraestrutura, a educação, a saúde, as pequenas e médias empresas ou uma taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população. Sobremaneira, que valorize o homem do campo e o trabalhador da cidade, ofertando produção, emprego e renda. Igualmente, não temos uma política que possibilite esperança aos jovens e acaricie com justiça o direito sagrado dos aposentados e idosos. Pouco tem sido feito para combater a sonegação de impostos. E quase nada para penalizar efetivamente corruptos e corruptores. Estamos aquém de um projeto que harmonize os interesses públicos e a iniciativa privada.

Os poderes constituídos devem um novo pacto federativo ao povo brasileiro. Quase 70% da arrecadação nacional vai para os cofres da União. É vexatório o beija-mão de governadores, prefeitos e vereadores nos palácios de Brasília. Receber o seu quinhão não é favor algum, é um direito de cada Estado, de cada município.

Os recursos, além de serem descentralizados, devem estar vinculados à responsabilidade social e ambiental dos gestores públicos. Nesta mesma esteira, estão as reformas. O brasileiro exige cidadania tributária, cidadania fiscal, cidadania econômica, cidadania social.

Combinado a isso, deve haver clareza de que cumpre aos Estados fazer o que eu chamo de "mínimo dever de casa". Vejamos o caso do Rio Grande do Sul.

Conforme o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Na-



Basta do arcaísmo político: situação versus oposição e vice-versa

cional, a sonegação do ICMS no Estado correspondia, em 2014, a R\$ 7 bi. Dinheiro que poderia ser usado para efetuar, em dia, o pagamento dos servidores e aposentados. Do mesmo modo, no cumprimento do piso nacional dos professores, ou na ampliação e construção de postos de saúde.

A corrupção precisa ser severamente combatida pelos governos. A propina, o dinheiro que sai dos cofres públicos, desviado, não é exclusividade do âmbito federal. Há corrupção também nas esferas estadual e municipal. No público e no privado.

Outra medida é discutir a dívida com a União, contratada em 1998. Ela compromete 13% de toda a receita e precisa ser repactuada urgentemente. A dívida inicial era de R\$ 9,7 bi. Já foram pagos R\$ 22 bi, restando, ainda, R\$ 47 bi. É lógico que, desta feita, um Estado que é a quarta economia do Brasil, que contribui com quase 9% do PIB nacional, só pode estar em crise.

A dívida ativa (débitos de pessoas e empresas com o governo) precisa ser cobrada. O TCE estima que ela esteja na casa dos R\$ 10 bi. Já a dos municípios gaúchos ultrapassa a casa dos R\$ 4 bi.

A par dessas ações, não se admitem privatizações. O foco do governo deve ser aperfeiçoar a aplicação do dinheiro público,

posicionar olhares na fiscalização tributária, assim como operar com responsabilidade na arrecadação, cobrança e transparência das contas públicas. Deve, ainda, repensar a concessão de benefícios fiscais para atrair investidores.

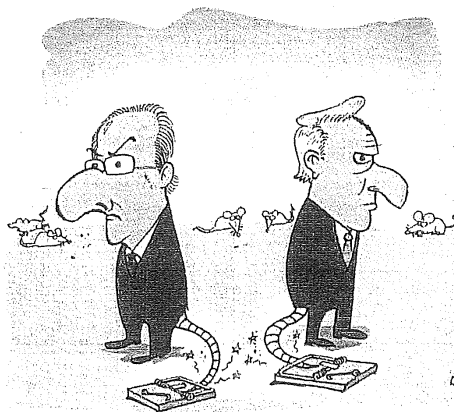
O governo deve estar aberto para debater suas ações com o coletivo, ou seja, o povo poderá sugerir o que é prioridade e cobrar dos agentes políticos. O empoderamento do povo é um elemento de base imprescindível ao bom governo, basta que citemos o Orçamento Participativo.

O desenvolvimento pressupõe políticas humanitárias ou preventivas, que garantam os direitos e as conquistas dos trabalhadores. Incentivemos, pois, uma sólida cultura de governabilidade que ultrapasse bandeiras e greis partidárias e ideológicas. Basta do arcaísmo político: situação versus oposição e vice-versa. Isso mata o potencial de cada ente e castra os sonhos e as esperanças de gerações.

A velha província de São Pedro há muito deixou de ser protagonista. Suas façanhas que outrora foram "modelo a toda terra", hoje apenas embalam hinos e canções. Sou daqueles que ainda acreditam que o vento da terra de Erico Veríssimo vai para o Sul e faz seu giro para o Norte. Por isso, quero renovar meu compromisso de apoio e de luta renhida em defesa do povo sul-rio-grandense aqui, agora e sempre.

IOTTI

iotti@zerohora.com.br



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Cunha, o profano

Cunha está enfraquecido, mas não está morto.

Quanto tempo **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ) resistirá à frente da presidência da Câmara dependerá, agora, da pressão da opinião pública e da guerra política que se institucionalizará no Congresso. A denúncia da Procuradoria-Geral da República é contundente ao descrever um político disposto a usar o cargo para fazer chantagem, cobrando propina atrasada. O procurador-geral, **Rodrigo Janot**, pede a condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, dentro de um esquema de milhões de dólares. Além de contas no Exterior, o evangélico Eduardo Cunha teria usado a própria igreja para lavar o dinheiro da corrupção. Com que moral um político assim comandará as sessões da Câmara? Conduzir um processo de impeachment contra a presidente da República, então, nem pensar.

Se é assim, por que ele não cal? Cunha está enfraquecido, mas não está morto. O ponto fundamental será o STF aceitar a denúncia. Caso contrário, ele sairá de vítima de todo esse

processo. E é essa a imagem que ele já quer vender ao afirmar que é alvo de um acordão, envolvendo governo, PGR e o Senado. O fato de o presidente do Senado, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), não ter sido denunciado, alimenta essa boataria. Procuradores envolvidos na investigação, porém, afirmam que é uma questão de tempo e que Renan não escapará. A conferir.

O segundo ponto, é a tropa de choque que alimenta o poder de Cunha. Ontem, na hora da denúncia, ele estava cercado de 20 deputados dispostos a defendê-lo. Muitos lhe devem favores. Outros, abraçam o peemedebista como oposição ao governo da presidente Dilma. A força dele é tanta que nem mesmo a bancada do PT estaria fechada para tentar derrubá-lo. O DEM está com ele, até um limite. Questionado se afiança a inocência do colega, **Pauderney Avelino** (AM) desconversou.

Se o clima na Câmara já tem sido tenso, daqui até a decisão do STF será uma batalha. Cunha tocará o terror para dar prova de força. Mas se virar réu na Lava-Jato, não tem choro, vai ter que pedir o chapéu.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, peço que seja registrado nos anais desta casa, artigo de minha autoria, sob o título “Mínimo dever de casa”, veiculado no jornal Zero Hora, desta sexta-feira.

O texto foi a pedido da editoria de opinião do jornal, e integra uma série de artigos assinados por parlamentares, empresários, sindicalistas e ex-governadores.

O tema é a crise financeira do Rio Grande do Sul e as saídas para o Estado.

Já foram publicados textos do presidente da CUT/RS, Claudir Nespolo; do presidente da Força Sindical/RS, Cláudio Janta; da presidente do Cpers (professores), Helenir Aguiar Schuler; do presidente da OAB/RS, Marcelo Bertoluci; do presidente da Fiergs, Heitor José Muller; do presidente da Federasul, Ricardo Russowsky; do presidente da Fecomércio, Luiz Carlos Bonh; do presidente da Farsul, Carlos Speroto; do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Edson Brum; e dos senadores Ana Amélia e Lasier Martins.

A programação prevê a participação dos ex-governadores Tarso Genro, Yeda Crussius, Germano Rigoto, e o nosso sempre galo missioneiro, Olívio Dutra.

Após eu fazer a leitura do artigo, de minha autoria, repito, que foi publicado no dia de hoje, falarei especificamente sobre esse projeto, o “Visões do Rio Grande”.

Sr. Presidente, mínimo dever de casa.

Nenhum debate sobre soluções para a crise financeira do Rio Grande do Sul está desvinculado da questão nacional...

Isso é válido para todos os estados e municípios da federação.

O Brasil não tem de fato uma proposta desenvolvimentista que resguarde e incentive a indústria, a infraestrutura, a educação, a saúde, as pequenas e médias empresas ou uma taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população.

Sobremaneira, que valorize o homem do campo e o trabalhador da cidade, ofertando produção, emprego e renda.

Igualmente, não temos uma política que possibilite esperança aos jovens e acaricie com justiça o direito sagrado dos aposentados e idosos.

Pouco tem sido feito para combater a sonegação de impostos. E quase nada para penalizar efetivamente corruptos e corruptores.

Estamos aquém de um projeto que harmonize os interesses públicos e a iniciativa privada.

Os Poderes constituídos devem um novo pacto federativo ao povo brasileiro. Quase 70% da arrecadação nacional vão para os cofres da União.

É vexatório o beija mão de governadores, prefeitos e vereadores nos palácios de Brasília. Receber o seu quinhão não é favor algum, é um direito de cada estado, de cada município.

Os recursos, além de ser descentralizados, devem estar vinculados à responsabilidade social e ambiental dos gestores públicos.

Nesta mesma esteira estão as reformas. O brasileiro exige cidadania tributária, cidadania fiscal, cidadania econômica, cidadania social.

Combinado a isso, deve haver clareza de que, cumpre aos estados fazer o que eu chamo de “mínimo dever de casa”. Vejamos o caso do Rio Grande do Sul.

Conforme o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, a sonegação do ICMS no Estado correspondia, em 2014, a R\$ 7 bi.

Dinheiro que poderia ser usado para efetuar, em dia, o pagamento dos servidores e aposentados.

Do mesmo modo, no cumprimento do piso nacional dos professores, ou na ampliação e construção de postos de saúde.

A corrupção precisa ser severamente combatida pelos governos. A propina, o dinheiro que sai dos cofres públicos, desviado, não é exclusividade do âmbito federal. Há corrupção também nas esferas estadual e municipal. No público e privado.

Outra medida é discutir a dívida com a União, contratada em 1998.

Ela compromete 13% de toda receita e precisa ser repactuada urgentemente. A dívida inicial era de R\$ 9,7 bi.

Já foram pagos R\$ 22 bi, restando, ainda, R\$ 47 bi.

É lógico que, desta feita, um estado que é a quarta economia do Brasil, que contribui com quase 9% do PIB nacional, só pode estar em crise.

A dívida ativa (débitos de pessoas e empresas com o governo) precisa ser cobrada. O TCE estima que ela esteja na casa dos R\$ 10 bi. Já a dos municípios gaúchos ultrapassa a casa dos R\$ 4 bi.

A par dessas ações, não se admitem privatizações. O foco do governo deve ser aperfeiçoar a aplicação do dinheiro público, posicionar olhares na fiscalização tributária, assim como operar com responsabilidade na arrecadação, cobrança e transparência das contas públicas.

Deve, ainda, repensar a concessão de benefícios fiscais para atrair investidores.

O governo deve estar aberto para debater suas ações com o coletivo, ou seja, o povo poderá sugerir o que é prioridade e cobrar dos agentes políticos.

O empoderamento do povo é um elemento de base imprescindível ao bom governo, basta que citemos o Orçamento Participativo.

O desenvolvimento pressupõe políticas humanitárias ou preventivas, que garantam os direitos e as conquistas dos trabalhadores.

Incentivemos, pois, uma sólida cultura de governabilidade que ultrapasse bandeiras e greis partidárias e ideológicas.

Basta do arcaísmo político: situação versus oposição e vice-versa. Isso mata o potencial de cada ente e castra os sonhos e as esperanças de gerações.

A velha província de São Pedro há muito deixou de ser protagonista. Suas façanhas que outrora foram “modelo a toda terra”, hoje apenas embalam hinos e canções.

Sou daqueles que ainda acredita que o vento da terra de Érico Veríssimo vai para o sul e faz seu giro para o norte.

Por isso, quero renovar meu compromisso de apoio e de luta renhida em defesa do povo sul-rio-grandense aqui, agora e sempre.

Sr. Presidente, com o propósito de contribuir para o debate sobre a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Zero Hora publica, até setembro, a série Visões do Rio Grande. Trata-se de um dossiê com mais de 15 perspectivas diferentes e críticas sobre as possíveis saídas para a crise no Estado.

Para isso, o jornal solicitou a lideranças empresariais, sindicais e políticas artigos analíticos e propositivos a partir da seguinte questão: o Rio Grande tem saída? Como?

A série teve início em junho. A ideia é produzir um dossiê plural a ser entregue ao governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Parabéns ao jornal Zero Hora pela iniciativa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, enviou ofício ao meu Gabinete, com um anexo denominado “Carta de Florianópolis”.

Esta carta, explica a presidente, é o resultado final dos trabalhos realizados durante o I Congresso Nacional sobre o Parto Humanizado, realizado em junho deste ano naquela Casa Legislativa.

A presidente Ana Paula, autora da iniciativa, ressalta que o evento ficou sob a responsabilidade da Comissão de Saúde em parceria com a Escola do Legislativo e teve a presença efetiva de 600 participantes.

O documento reflete a preocupação dos palestrantes em defesa do parto humanizado, em defesa da vida e pontua indicativos das ações necessárias que possibilitem:

criar as condições de acessibilidade às informações, assim como, aos serviços de assistência às mulheres sobre os benefícios de optar pelo parto natural.

Sr. Presidente, a Carta de Florianópolis, Parto Humanizado: em defesa da vida, inicia assim:

Nós, entidades, organizações, profissionais de saúde, gestores públicos, pesquisadores, parlamentares, parteira, doulas, pais e mães, reunidos em Florianópolis (...)

Reconhecemos (e aqui vou citar alguns dos itens que constam da carta)

Que a realidade em nosso país ainda mostra um desequilíbrio muito grande entre o número de partos naturais em nossa sociedade;

Que há escassez de recursos alocados, em especial à atenção ao parto;

Que falta acesso à informação de qualidade;

Que há um dilema para o registro dos bebês nascidos em casa;

Que a escolha da via de parto deve ser um direito das mulheres;

Que a mulher negra sofre sete vezes mais violência obstétrica do que a mulher branca no ambiente hospitalar;

E, assim Sr^{as} e Srs. Senadores, a carta segue com recomendações, entre as quais cito:

A superação do modelo de atenção vigente ao parto e nascimento

Que as Casas Legislativas, nos estados e municípios, priorizem a elaboração urgente de legislação específica para facilitar a implementação de práticas que conduzam ao parto natural nos hospitais brasileiros;

Que os Governos criem em suas leis orçamentárias programas e dotações específicas para práticas de parto natural e humanizado;

Abertura de concurso nos municípios/estados para enfermeiros obstetras e obstetrizas;

Que seja facultado às mulheres, durante o pré-natal, formular seus planos de expectativas para seus partos, e que estes sejam respeitados pelos serviços de saúde;

Entre os comprometimentos assumidos, pontuo:

Incentivar gestores para que busquem a instalação de Centros de Parto Natural;

fiscalizar a correta aplicação de recursos e execução de programas referentes ao Parto Humanizado nos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde.

Ao final, Sr^{as} e Srs. Senadores, eles manifestam:

(...) “Que nossos esforços desafiem as impossibilidades” e que a vida, enfim, prevaleça.

Sr. Presidente, quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima, por esta importante iniciativa que coloca o foco em um tema da maior relevância: trazer um ser humano à vida.

Fiz questão de abordar o assunto na Tribuna, porque o texto, com suas observações, sugestões, é muito valioso e merece nossa atenção. Creio que sua implementação trará ótimos resultados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu convido V. Ex^a para assumir a Presidência desta Casa, porque agora nós vamos ocupar a tribuna.

O Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o Senador Telmário Mota, para seu pronunciamento, usando o tempo necessário para expressar o seu ponto de vista.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que preside a sessão nesta sexta-feira, Senador José Medeiros, do PPS de Mato Grosso do Sul, expoente Senador, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Senador Paim, eu estava ouvindo V. Ex^a falar da tribuna agora, e fizemos até um aparte, e V. Ex^a falava sobre a crise que hoje toma conta do Rio Grande do Sul. Por coincidência, ontem, ainda desta tribuna, V. Ex^a fez uma referência a essa situação. Eu também já me referi ao Estado de Roraima, meu Estado.

Recentemente, fui com a Presidenta Dilma Rousseff ao Estado de Roraima para a entrega de 747 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Na viagem, a Presidenta pediu a mim e a mais dois Deputados que falássemos sobre a situação em que Roraima se encontrava. Nós tivemos a oportunidade, ainda na aeronave, no trecho daqui a Boa Vista, Roraima, de falar para a Presidenta que Roraima hoje precisa fundamentalmente do Governo Federal para destravar o Estado, porque ele está travado em alguns pontos que cabem ao Governo Federal.

O primeiro ponto é a questão energética. Roraima precisa de uma energia forte, confiável. O Estado de Roraima é o único ente federativo que ainda não está interligado, no Brasil inteiro, porque está parado ali na reserva indígena Waimiri-Atroari, entre o Estado do Amazonas e o Estado de Roraima. Então, precisamos liberar essa energia, para chegar ao Estado de Roraima, para lhe dar garantia.

Outro ponto é a questão fundiária. Há lá uma proposição. Quando as terras foram passadas para o Estado de Roraima, na ocasião, os administradores, gestores, os políticos que a fizeram não tiveram o cuidado e o zelo de ver que Roraima já contribuiu bastante com demarcações e ainda ali acataram duas unidades de conservação, de Lavrado. E também essa é uma situação que precisa ser equacionada no Estado de Roraima, e nós falamos isso à Presidenta, que a área pretendida é uma área produtiva que fica impossibilitada de fazer isso, porque começa a inviabilizar o Estado como um todo.

O terceiro item é o Porto de Guanta, na Venezuela, para abrir a exportação, para facilitar o escoamento da produção, para que Roraima seja o grande produtor do Norte do País, tendo ali interligada uma parceria econômica, comercial, entre a Venezuela e o sul da Venezuela.

E ontem houve uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Foi no Parlamento Amazônico. Dali saiu um ofício solicitando uma audiência com a Presidenta da República, Sr^a Dilma Rousseff, para serem encaminhados os pedidos – esses mesmos pedidos – para o Estado de Roraima.

Então, isso vem fortalecer, vem ao encontro da nossa proposição à Presidenta. Eu parablenizo essa ação da Assembleia Legislativa, que ali ouviu membros do Ministério de Minas e Energia e da Funai sobre essa situação. Foi solicitado, nesse ofício, nessa audiência, e nós vamos interceder junto à Presidenta no sentido de viabilizar essa audiência, para que a Presidenta possa receber mais de 80 Parlamentares do Parlamento Amazônico, em favor dessa causa do meu Estado.

Então, quero aqui parabenizar todos os Deputados que fizeram essa audiência, em nome do Deputado Oleno Matos, que é do nosso partido, do PDT, que teve uma participação muito ativa nessa reunião do Parlamento Amazônico.

Hoje, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna fazer justiça, porque, neste momento que o País atravessa, é fácil você atirar a pedra, é fácil você apedrejar e também é fácil você tentar escurecer, colocar uma cortina de fumaça em cima de verdades. Acaba que a oposição insiste em mostrar um País à beira do colapso, esquecendo que o País está caminhando, que o Brasil tem solução, que o Brasil está se encontrando e que o Brasil não está totalmente estagnado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, um dos requisitos fundamentais ao exercício da atividade política é a honestidade intelectual.

Não contribuimos para o bom debate político, Sr. Presidente, quando superestimamos nossos próprios argumentos e realizações e, paralelamente, menosprezamos ou omitimos os argumentos e as realizações de nossos adversários.

Falhamos em nossa condição de agentes públicos, muito especialmente quando deixamos de admitir nossos erros ao mesmo tempo em que não reconhecemos os acertos dos que se encontram no lado oposto do campo partidário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço essa observação porque vejo esculpido nas atitudes e nas palavras de amplos setores da oposição, no cenário político atual, um tipo de comportamento que, em muito, lembra a desonestidade intelectual.

A imagem que tais setores buscam vender do Brasil é a de um país à beira do colapso, um país onde só existem problemas, um país onde nada dá certo.

É claro que existem problemas, e eu incorreria na mesma desonestidade intelectual que estou aqui a lamentar se dissesse que eles não existem.

Ocorre, Sr. Presidente, porém, que mesmo submetido a uma série de desafios – desafios enfrentados com muita coragem e determinação, diga-se de passagem –, o Governo Federal tem também um conjunto de realizações a exibir. Essas realizações, Sr. Presidente, nunca são reconhecidas por aqueles que vêm pautando sua atuação política pela oposição sistemática e contundente.

Ora, Sr. Presidente, se quisermos, a todo o momento vamos encontrar evidências de que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff segue a pleno vapor por meio da adoção das medidas que se fazem necessárias ao nosso desenvolvimento, mas, para isso, não podemos estar com os olhos vendados pelo ardor oposicionista.

Cito, Sr. Presidente – e deixo bem claro que são apenas exemplos, já que haveria muitas outras ações a destacar –, algumas notícias positivas que nos chegaram nos últimos dias.

Ainda nesta semana, a Presidenta deve entregar o primeiro trecho do Projeto de Integração do Rio São Francisco, sonho historicamente acalentado pela população nordestina. O referido projeto, que vai beneficiar 12 milhões de brasileiros, já tem 78% de suas obras concluídas, e fases importantíssimas vêm sendo executadas nos últimos meses.

No último dia 7, por exemplo, no Município de Cabrobó, em Pernambuco, tivemos o primeiro acionamento com êxito de uma bomba, na Estação de Bombeamento do Eixo Norte. Também já estão sendo testados os sistemas elétricos e de telecomunicações, válvulas, instrumentos de supervisão, painéis e motores.

Outra excelente notícia recebida dias atrás veio da área ambiental. Nos últimos dez anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal caiu 82%.

Somente entre agosto de 2013 e julho de 2014, a queda foi de 15%, representando a preservação de aproximadamente 5.900 quilômetros quadrados. Daí resultou simplesmente a segunda menor taxa anual de desmatamento registrada na Amazônia Legal desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais começou a fazer as medições, em 1988.

Já vimos duas notícias, Sr. Presidente, uma relacionada à área de infraestrutura e outra, à área ambiental. Vejamos agora uma conquista na área da educação.

Na 43ª edição do WordSkills Competition, a maior competição de educação profissional de todo o mundo, o Brasil alcançou o melhor resultado de sua história na competição. Primeiro colocado, com 11 medalhas de ouro, 10 de prata, 6 de bronze e 18 certificados de excelência, nosso País somou 99 pontos, que o colocaram à frente da Coreia do Sul e de Taiwan, respectivamente segundo e terceiro classificados. Das 27 medalhas brasileiras, entre as quais as 11 de ouro, foram conquistadas por estudantes formados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, situação que evidencia o elevado nível alcançado pela educação profissional em nosso País.

Do esporte, Sr^{as} e Srs. Senadores, veio outra boa notícia, Senador Capi, lá do nosso Macapá. No Parapan de Toronto, o Brasil conquistou 257 medalhas, das quais, Senador Medeiros, 109 de ouro, 74 de prata e 74 de bronze. Pois bem. Dessas 257 medalhas, 249, ou seja, 97% foram obtidas por contemplados com a Bolsa Atleta ou a Bolsa Pódio, do Ministério do Esporte.

Isso mostra, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente, que o Governo Federal está sabendo valorizar os atletas que representam o Brasil em competições internacionais, dando-lhes o necessário suporte ao aperfeiçoamento de suas condições físicas e técnicas.

Volto a insistir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esses casos aqui citados são apenas exemplos e que temos muitas outras evidências de que uma agenda positiva vem sendo cumprida pelo Governo neste difícil momento da vida nacional.

Resta-nos, portanto, ser intelectualmente honestos, admitir que existem, sim, problemas a serem enfrentados, mas também reconhecer que muitas coisas boas vem sendo feitas.

Era o que eu tinha, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a comentar.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota. V. Ex^a me obriga a dizer, mais uma vez, meus cumprimentos.

V. Ex^a é um Senador que, com muita tranquilidade, tenta passar ao País e ao mundo, porque nós estamos aqui ao vivo pela TV Senado, que o Brasil não está nesse caos que alguns setores – eu não sou daqueles que dizem que é a oposição ou não é a oposição – tentam levantar. Não é esse caos extremo.

De fato há uma crise, e nós todos reconhecemos, mas se compararmos com a Grécia, com Portugal, com a Espanha, nós estamos ainda, digamos, menos mal. Não estamos nem próximos da situação, por exemplo, da Grécia. Não estamos nem próximos.

Então, eu acho que há como dar a volta por cima, retomar o crescimento. E que possa haver mais investimento na saúde, na educação, na segurança, em todas as áreas. É aquilo que nós sempre pregamos ao longo das nossas vidas.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, são tantas as causas tornam a população aflita, mas nós precisamos ter paciência. O brasileiro tem competência. Nós já mostramos isso nas diversas crises por que esta Nação já passou. Mas querer, neste exato momento, responsabilizar a Presidente Dilma por todas as mazelas que acontecem hoje no País, pela crise econômica por que o País passa é, no mínimo, não querer enxergar a verdade.

A Presidente Dilma não é responsável pela crise americana, da qual eles estão tentando sair. A Presidente Dilma não é responsável pela crise europeia que está aí. E querer dizer que no mundo globalizado em que vivemos hoje o Brasil não seria afetado é a desonestidade intelectual de que acabei de falar.

Ora, vamos lá.

O Governo da Presidente Dilma é de quatro anos, não apenas de oito meses. Nós a elegemos para quatro anos. Vamos esperar o Governo acontecer, vamos esperar as modificações chegarem. Praticamente nesta semana nós concluímos os ajustes fiscais. Então, estamos dando credibilidade à Presidenta, estamos dando credibilidade à equipe econômica para que realmente possamos tirar o País dessa situação, colocar o País no eixo do crescimento, no eixo do desenvolvimento. Aí sim, nós vamos, com o Governo andando, com mais tempo decorrido, poder cobrar alguma coisa de forma muito mais contundente.

Acredito que agora o próprio calor das ruas, as próprias manifestações já demonstraram que o povo não aceita mais corrupção. O povo não aceita mais os descasos com a coisa pública. O povo não aguenta mais a mistura dos gestores ou dos agentes políticos irresponsáveis da coisa pública com a coisa privada. Isso nós não aceitamos mais, nós não queremos mais. Mas nós temos de trabalhar no sentido de juntos somar toda a nossa força, somar todas as nossas energias para que possamos tirar o País dessa crise e oportunizar uma vida de qualidade para todos.

O meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Senador Telmário Mota.

Os meus cumprimentos ao Senador Capiberibe, que neste momento vai até a CDH, inclusive para nos substituir lá em uma emergência, já que o Senador Hélio José vai ter de sair para dar uma entrevista.

Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Senador José Medeiros com a palavra.

O Senador José Medeiros é do PPS do Mato Grosso, é dessa geração nova de que eu falei. Podem ter certeza de que me orgulha muito estar ao lado de vocês aqui. Estou muito orgulhoso e estou falando para todo o Brasil tanto de um como do outro, dessa geração chegou aqui contribuindo muito para o bem do País e, naturalmente, para o seu Estado.

Senador José Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, na verdade somos nós que nos sentimos honrados por estar aqui, na sua companhia.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos que nos acompanham nesta manhã de sexta-feira pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, porque hoje há muito mais pessoas se comunicando e recebendo informações através destes instrumentos do que propriamente dos canais tradicionais que nós conhecíamos, que eram o rádio e a TV.

Senador Paim, o que me traz à tribuna nesta manhã de sexta-feira é um assunto que há muito se discute no Brasil. Quero falar um pouco sobre a agricultura.

Ontem eu estava vendo as manifestações. Como V. Ex^a citou há pouco, toda manifestação num país democrático é legítima. Assim como houve manifestações no dia 16, ontem um grupo saiu em defesa do Governo, o que é legítimo também.

Alguns cartazes, alguns manifestantes estavam ali, aliás boa parte, fazendo protestos contra esse ou aquele tema. Uns protestavam contra a terceirização, o que é legítimo, outros protestavam contra a corrupção, o que é legítimo, e alguns protestavam contra a agricultura. Eu fiquei pensando: “Mas, meu Deus do céu, ou eu estou ficando demente ou há muita gente que está na contramão.” Como a gente pode...

Nós somos um país eminentemente agrícola. O Rio Grande do Sul, por exemplo, Estado do Senador Paim, é eminentemente agrícola. O Paraná é um Estado eminentemente agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é fundamental para a economia desses Estados. V. Ex^a tem toda a razão. Inclusive, no meu Estado, é o que está salvando a lavoura.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É o que está salvando a lavoura. V. Ex^a disse muito bem.

Por ano, Senador Paim, a agricultura brasileira contribui de forma muito importante para a nossa posição econômica no cenário internacional. Aliás, existia até um cartaz antigamente que dizia: “Não fale de agricultura de boca cheia”. Era um trocadilho, evidentemente.

O que está salvando a pátria neste momento, o que está nos dando alicerce para que não comecemos a ser especulados pelo capital internacional, pelo capital especulativo é o nosso alicerce agrícola.

Então, fazer bandeira, tentar demonizar esse setor é um contrassenso. Isso é, eu diria, uma bandeira vazia, porque ela não tem o amparo da população.

Nossa economia, vou falar, agora, do Estado de Mato Grosso, praticamente explodiu, Senador Paim, foi um crescimento assombroso, e as cidades... Éramos um Estado que trabalhava com a pecuária. As pessoas trabalhavam, às vezes, em grandes fazendas, criando gado e, de repente, chegou ao Estado a agricultura, que se desenvolveu de uma forma que não foi só no campo, não foi só na produção de grandes lavouras, mas também na produção de conhecimento e de tecnologia. Hoje, as máquinas que lavram os campos do Estado de Mato Grosso e do Brasil todo são moderníssimas, agregando valor à produção, já temos indústria de esmagamento de grãos e por aí vai. De forma que é até redundante falar da importância da agricultura brasileira.

Mas, aqui, no País, ultimamente, temos tido o costume de demonizar algumas palavras e, aí, cunhou-se, por exemplo, que o agronegócio é uma palavra ruim. Olha, é bom, às vezes, esclarecermos o que é agronegócio. Agronegócio é uma cadeia da agricultura que compõe, por exemplo, a pessoa que tem uma horta no seu sítio e que leva os produtos para vender na feira. Aliás, a grande parcela do agronegócio, Senador Telmário, que alimenta as mesas do brasileiro não é do grande produtor, porque a nossa grande produção vai para a China, para outros mercados, mas do pequeno agricultor, da agricultura familiar, que faz parte da cadeia do agronegócio.

E concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador José Medeiros, quero parabenizar V. Ex^a por trazer hoje, a esta tribuna, um assunto fundamental. O Brasil, com certeza, ainda é o celeiro da produção do mundo, e eu falava isso ontem, no meu discurso. E o agronegócio, V. Ex^a classificou bem, são todas as ramificações da produção. Há o agronegócio grande, médio e o pequeno, onde se encaixa a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E, às vezes, quando você se dirige...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pessoal tem a mania, permita-me, quero só ajudar, porque acho que é um raciocínio correto e tranquilo: agronegócio é um negócio também da agricultura familiar, é um negócio dele ali. Então, não há por que criarmos dogmas, por exemplo, sou contra o agronegócio.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como se o agronegócio fosse o grande e não fosse... O Senador José Medeiros tem toda razão, a agricultura familiar não só gera o emprego, como ela coloca alimentação, até mais barata e em maior quantidade, na mesa do brasileiro. E os grandes negócios servem para criar divisas para o País, para exportar, para atender às necessidades mundiais. Então, quero aqui...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Isso é importante porque, às vezes, esse grande negócio incentiva o pequeno e até pega um pouco dessa produção.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Claro. E há um ditado, não é? “Todo mundo caminha para frente.” Então, a pessoa começa, às vezes, como um pequeno e se torna um grande. Isso é normal. Amador Aguiar era um simples operário de uma gráfica e se tornou dono do segundo maior banco da América do Sul ou da América Latina. Mas eu queria aproveitar esta fala – Sr. Presidente, e se o Senador José Medeiros nos permitir – para dizer que está aqui presente o Senador Sandro Baré, o Vereador Sandro Baré – de Senador para Vereador fica pertinho, não é?, Ele é do PDT, nos orgulha muito, e, também, além de abraçar várias causas, claro, do Município, boas sugestões, boas ideias, ele valoriza muito a cultura. E, agora, recentemente, uma quadrilha junina, a que ele dá apoio – apoia todas, mas nessa ele tem um participação maior ...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu tomei um susto, ainda bem, uma quadrilha junina!

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Junina, de cultura, de alegria, de felicidade, de diversão. Ela disputou, agora, o campeonato brasileiro, aqui em Brasília, e foi a campeã, quadrilha Eita Junino. Então, foi a campeã brasileira, foi um carro de prêmio, não é? Deixou até o Senador Pimentel aborrecido, porque a quadrilha junina do Ceará foi a segunda colocada. Então, isso demonstra que o Estado de Roraima... Quero parabenizar o Vereador, quero parabenizar todos os brincantes e os organizadores desse evento, que, realmente, foi maravilhoso. E o Vereador está aqui nos visitando, ele veio aqui para esse encontro, nessa Marcha dos Vereadores, que é também um Pacto Federativo que eles estão defendendo, ele e outros vereadores. Então, seja bem-vindo à Casa maior do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu que agradeço o aparte. Seja bem-vindo à Casa, Vereador, e parabéns pela vitória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, em nome da Presidência, também ser solidário a sua presença aqui e venha aqui à mesa. Vamos tirar uma foto aqui. Depois você passa ali e tira uma na tribuna com o nosso Senador também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mas, Sr. Presidente, como eu dizia, o agronegócio é simplesmente uma cadeia de vários negócios. Do horticultor, do que vai à feira levar os seus produtos, do médio produtor e do grande produtor também.

E, como eu disse, nós não podemos, se queremos ser grandes, se queremos ser protagonistas no cenário internacional, ter preconceitos. Essa história de que o grande é ruim e o pequeno é bom não existe. Existe uma cadeia que se complementa e que é importante para o crescimento econômico do País.

O Senador Telmário Mota acabou de dizer que o grande gera divisas, e divisas são importantes. Nós temos uma balança comercial equilibrada é importante. O que é isso? São as nossas exportações, são as nossas vendas. É como se você tivesse mercado e vendesse. Quem tem um mercado quer o quê? Quer vender seus produtos. E o Brasil, como qualquer outro país, quer ter mercados, quer crescer, quer vender.

É por isso que, nesta tribuna, eu tenho batido numa tecla de uma nota só, cobrando infraestrutura, cobrando estradas para o Estado de Mato Grosso, cobrando ferrovias. Por quê? Porque lá nós produzimos e queremos exportar. Exportar para onde? Exportar para a Europa, exportar para a China. Mas, para isso, nós precisamos ter estradas, precisamos ter menos obstáculos na frente dessa cadeia de exportação, porque os nossos concorrentes investem pesado para facilitar a negociação.

Os Estados Unidos, por exemplo, que são o nosso principal concorrente na área agrícola, têm um emaranhado de ferrovias, têm um emaranhado de rodovias que se complementam. O sistema de transporte norte-americano é totalmente integrado. Ele é um tipo de sistema que é composto pela parte hidroviária, eles aproveitam bem a navegação nos rios, aproveitam bem o sistema de transporte terrestre, com rodovias, e o sistema ferroviário, que é uma verdadeira malha por todo o país.

Nós ainda estamos engatinhando. Embora nossa produção seja grande, nós temos poucas rodovias, temos pouquíssimas ferrovias. Só para dar um exemplo, o Estado de Mato Grosso é dez vezes maior que Portugal, sete vezes maior que a Inglaterra, enfim, é um Estado gigantesco, mas nós temos lá três rodovias federais, nós temos lá ferrovias do pé quebrado. O que significa isso? Nós temos pedaços de ferrovias.

Esse sistema de transporte nosso não se integra, Senador Capiberibe. Nós pegamos uma carga de milho, por exemplo, do norte de Mato Grosso, já na divisa com o Pará, e para levá-la até o Porto de Paranaguá, por exemplo, o produtor, o exportador brasileiro gasta praticamente uma outra carga de milho, só para pagar o frete. Isso nos atrasa e nos deixa em condição muito inferior aos nossos competidores, aos nossos concorrentes.

Então eu fiz esse registro aqui, Senador Paim, justamente para desmistificar, porque senão vai criando o conceito de que a agricultura é um setor ruim, de que o agronegócio é uma coisa ruim. Não, não é ruim; é bom para o País, é ótimo. "Ah, o agricultor grande é prejudicial." Não, não é.

Agora, obviamente podemos ter argumentos como a questão ambiental. Mas a grande massa dos nossos produtores hoje quer estar ambientalmente correta. Sabe por quê? Porque o mercado mundial já não aceita produtos oriundos de propriedades em que haja trabalho escravo, ele não aceita produto produzido com agressão ao meio ambiente. Então todas essas empresas não querem estar numa lista suja, para não perder mercado.

E outra: se porventura distorções houver, nós temos o Ministério Público, temos o Ibama, temos todos os órgãos para cuidar disso. Agora, não podemos rotular e dizer: "Olha, a agricultura é ruim porque é grande." Não, esses são argumentos que não se sustentam, e temos que combater, porque precisamos.

Mas a minha preocupação com a agricultura vai mais longe, Senador Paim. Eu hoje tenho me preocupado muito com a pequena agricultura, com o agricultor médio, e principalmente com o seu financiamento.

O Estado do Rio Grande do Sul e o Estado do Paraná são exemplos disso, porque ali, diferentemente do Estado de Mato Grosso, nós temos muitos médios e pequenos produtores, que rendem muito, tanto quanto o grande. Simplesmente o Estado é dividido diferentemente, o que é bom, porque existem mais produtores. O Estado de Mato Grosso, por exemplo, não, é mais concentrado, são grandes propriedades, que não têm tanta dificuldade para ter acesso ao crédito, porque os próprios grandes bancos, Bank of America, enfim, o sistema financeiro internacional tem interesse de financiar essas grandes propriedades de 100 mil hectares, propriedades de 200 mil hectares. Eles têm interesse porque têm interesse em emprestar dinheiro, e há lastro garantidor para esses empréstimos, o que não ocorre com o pequeno agricultor.

E eu tenho me preocupado porque veio uma PEC agora aqui ao Senado justamente tratando dos fundos constitucionais, que são fundos, por exemplo, como o FCO, que fomentam o desenvolvimento de regiões como o Norte do Brasil, como o Centro-Oeste do Brasil, que têm também a pequena agricultura.

E essa PEC que veio para cá agora tira praticamente... Praticamente, não, ela tira 30% desses fundos, que já são poucos. E a gente fica com essa preocupação.

E como eu ia, nós estávamos falando aqui, é inegável, Senador Capiberibe, que o Brasil tem uma agricultura forte. Sempre foi assim. O percentual do PIB nacional associado às atividades da agropecuária constitui cerca de 23% desse valor, com previsão de crescimento de 2,8% em 2015, de acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária.

Um quarto de toda a riqueza gerada no País é, portanto, proveniente do campo. A quase totalidade dos empregos gerados no interior do País, excetuando-se aquelas vagas abertas dentro das cidades interioranas, são criados e mantidos pela agropecuária. Um número expressivo de famílias – associadas em cooperativas ou autonomamente – vive da produção da terra, fornecendo os víveres necessários à mesa diversificada do povo brasileiro.

A riqueza das nações tem por base real a agricultura. Dela dependem as outras atividades econômicas. E é por isso aqui a minha defesa, que eu estava falando, de que não faz sentido se fazer um protesto contra a agricultura, contra o agronegócio, contra uma cadeia de produção que ajuda o País a crescer.

Esse ideário, cuja elaboração remonta à segunda metade do século XVIII, com o surgimento da revolução agrícola inglesa – e que foi teorizado pelo Fisiocratismo –, ainda possui um chamamento vivo para nós que habitamos o século XXI.

Quem não concordaria que devemos estimular o trabalho da terra e eliminar os entraves à produção e ao comércio dos produtos agrícolas? Não deveria, pois, o Estado atuar igualmente no custeio, assim como no investimento e na industrialização da terra agrícola, sobretudo em face de um mundo extremamente competitivo? Não é outra a dicção da lei.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, espectadores da TV Senado, o fundamento mais importante para implementar o crescimento da agricultura em suas várias frentes é o crédito rural, conforme a Lei nº 4.829, de 1965, que instituiu o referido crédito.

A nossa Constituição Federal é explícita ao afirmar, em seu art. 187:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

IV - a assistência técnica e extensão rural;

V - o seguro agrícola;

VI - o cooperativismo;

VII - a eletrificação rural e irrigação;

VIII - a habitação para o trabalhador rural.

E vai mais. Não vou ficar lendo aqui a Constituição. Além desse elenco de possibilidades de auxílio ao produtor, sabemos que o art. 47, §2º, da Constituição Federal ainda nos diz: "A classificação de mini, pequeno e médio produtor rural será feita obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes à época do contrato."

A importância do crédito rural é inquestionável e está de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País e com o bem-estar da população. O crédito rural tem por objetivo suprir recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito privados aos produtores rurais e às cooperativas rurais para aplicação em atividades indicadas pela legislação. Especificamente, o crédito permite o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização dos produtos agropecuários, também favorece o custeio da produção e a comercialização dos produtos agropecuários. O fortalecimento econômico dos produtores rurais, principalmente dos mini, dos pequenos e dos médios produtores, é fruto de um crédito rural bem direcionado.

Para atingir seus objetivos, o crédito fica condicionado a uma variedade de operações, atendendo os produtores rurais. Mas uma coisa tem acontecido: a dificuldade dos produtores em ter acesso a esse crédito. A nossa preocupação com esta fala hoje, Senador Capiberibe, é justamente no sentido de tirar os gargalos, os obstáculos que o produtor tem que enfrentar.

É uma gama, uma coisa tão absurda de papéis, que o produtor acaba perdendo a sua atividade não para as pragas da lavoura, não para lagartas, não para as intempéries que geralmente o agricultor enfrenta, não para seca. Geralmente, ele perde a guerra, perde a batalha para o papel. É tanto papel que ele começa a apresentar as certidões e, quando termina, as primeiras certidões já venceram e, então, ele tem que começar tudo de novo.

Quem vive na cidade, que talvez tenha mais facilidade, até consegue, mas para o homem do campo, um dia é muito importante. Quando ele chega na cidade, já se sente intimidado por toda essa parafernália, aquela porta de vidro, aquele ar-condicionado. Não é o *métier* dele.

O *métier* dele é plantar, é fazer produzir. E, quando ele chega na cidade, dizem: "O senhor traga o documento!" "Olha, está faltando um carimbo aqui!" "Não, isso aqui não dá, já venceu!" Aquilo vai irritando, e o homem simples do campo acaba abandonando.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Concedo, com muita honra, um aparte a V. Ex^a, Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. A burocracia é uma herança colonial. Entre tantos costumes, nós herdamos do colonizador português e reproduzimos aqui o Estado português. Vou tomar dois minutos, para contar uma história que reflete perfeitamente essa herança da qual não conseguimos nos livrar. Eu morei alguns anos fora do Brasil e, entre esses anos, passei quatro no Canadá. No Canadá, o único documento exigido é o número de Seguro Social, sem fotografia. O segundo – e o único documento que tem fotografia no Canadá é a Carteira de Motorista. Com aquele Seguro Social você utiliza dos os serviços que o Estado presta, e que são muitos, porque a saúde no Canadá é socializada, assim como a Justiça. Lá são muitos os serviços a que você pode recorrer somente com aquele número do Seguro Social. Eu trabalhei em Moçambique, e lá cheguei três anos depois da independência do País. Era como chegar ao Brasil em 1825. O Brasil teve a sua independência, só que a independência no Brasil foi proclamada por um português, por uma pessoa com ligações muito próximas com a Coroa portuguesa. Eu cheguei a Moçambique em 1978, três anos depois da independência, que aconteceu em 1975. E a burocracia de Moçambique era exatamente semelhante à do Brasil. Em uma dessas viagens que fiz de Montreal para Maputo, levei um laboratório de análise de solo. Estamos falando de agricultura, e a minha primeira atividade na vida, minha formação, foi de Zootecnia. E eu adquiri um laboratório para levar para a análise de solo em Moçambique. E, na passagem por Lisboa – a gente fazia Montreal-Lisboa ou, então, Roma-Dar es Salaam até Maputo; então, era longa a viagem –, numa dessas viagens, eu retirei a minha bagagem, e normalmente eu viajava com muita bagagem, porque

faltava tudo em Moçambique e, ainda, nós estávamos no período pós-guerra colonial, já entrando numa guerra civil, e esqueci o laboratório em Lisboa, na alfândega. E fui embora, esqueci, mas levei o protocolo. Passados uns oito ou nove meses, num desses meus retornos por Lisboa, resolvi resgatar esse equipamento. E fui e me apresentei ao protocolo. Aí, disseram-me que tinha ido para a casa, lá para a central da receita deles. Aí, eu fui lá e disseram-me: “Olha, vai para leilão. Está pronto para ser leiloado.” Eles já iam leiloar. Olha a conclusão: eu passei três dias correndo atrás, para poder resgatar o laboratório. E, na última hora, já tinha tirado dez papéis, exatamente como V. Ex^a está relatando sobre os agricultores do Brasil. E, no final, quando eu tinha desistido, já, e o avião estava quase saindo, já estava na hora de eu tomar o meu avião, e eu não conseguia liberar, porque, na última hora, faltou um selo. E, aí, eu saí de lá esbravejando e um cidadão se dirigiu a mim e me perguntou qual era o meu problema. Eu expliquei e ele disse: “Não, pode deixar. Eu sou despachante.” Ele, em cinco minutos, resolveu o problema. Ou seja, há burocracia, para gerar dificuldades, para alguém criar facilidades. Então, no Brasil, a gente não consegue, e, ainda, não conseguiu até hoje, e olha que já houve até Ministério da Desburocratização. E a gente continua enredado nessa burocracia infernal, que atrasa e cria um custo adicional a tudo que nós produzimos. V. Ex^a tem razão: a agricultura brasileira é uma agricultura produtiva, hoje, com um grande espaço na economia global, mas tem esses problemas. E existem vários outros problemas, mas esse da burocracia infernal não só a vida dos agricultores, mas a de todos nós, infelizmente. E não se toma iniciativa. Uma das iniciativas que poderia ser tomada agora, já que nós estamos vivendo uma crise, seria a profissionalização da burocracia brasileira, não é? Porque, se você há um burocrata formado, capacitado, isso facilita a vida de todo mundo. Então, o Brasil poderia tomar esta decisão neste momento: fazer, com cem anos de atraso, aquilo que os países de ponta, os países de capitalismo avançado fizeram no século XIX. Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu que agradeço, Senador Capiberibe. V. Ex^a tem uma história que talvez o País ainda não conheça, mas eu aconselho a todos a lerem o livro escrito por V. Ex^a, que eu comecei a ler à noite e varei a madrugada de tão interessante que era a história, realmente uma história verídica, uma história acontecida, contando a História recente do nosso País.

Mas é uma realidade o amor e o apego que nós temos aqui pela burocracia. V. Ex^a tocou num ponto interessante, Senador Paim: enquanto a burocracia, às vezes, está querendo resolver o problema, na verdade está dificultando e criando dificuldade para alguém vender facilidade. E é por isso que eu digo que o pequeno é quem acaba sendo afrontado, quem acaba sendo prejudicado, porque, se eu sou um grande agricultor, eu contrato logo um despachante, eu contrato uma empresa especializada, e eles vão cuidar dessa burocracia, e eu não vou ter problema. Agora, o pequeno não: ele tem que deixar a enxada, tem que deixar o tratorzinho dele lá e tem que vir para a cidade. E aí, quando ele se depara com esse emaranhado, ele desiste.

Então, justifica a iniciativa, Sr^s e Srs. Senadores, da facilitação do crédito, pelo excesso de exigências para a concessão desse crédito. Essa é uma queixa recorrente dos produtores rurais brasileiros e encontra-se no Relatório de Avaliação de Políticas Públicas relativo ao crédito rural no Brasil, de 2014. Vejo nesse excesso um entrave e um risco para o financiamento da atividade agropecuária.

No referido relatório, a Comissão de Agricultura desta Casa diagnostica a necessidade de maior controle no que tange ao excesso de garantias exigidas na concessão do crédito rural. Tais exigências, não raro, ultrapassam o percentual de 200% sobre o crédito concedido – olha que absurdo! –, criando um ônus que prejudica a produção agrícola como um todo e o próprio desenvolvimento do País, demonizando especialmente a agricultura familiar.

A produção de gêneros alimentícios – sua variedade, e não apenas as *commodities* – é mais do que uma necessidade. Trata-se de uma questão de segurança alimentar para o Brasil e para os brasileiros. Daí ser fácil entender que os contratos creditícios devem ser elaborados com o espírito posto na função social da atividade fim, que é uma vida mais saudável para todos. Como estão sendo feitos, os contratos estão punindo previamente os produtores que criam as condições de sobrevivência material para toda a população. Isso é um contrassenso até.

Acredito que a cifra de 130% como limite máximo proposto é de bom alvitre, servirá para atender as instituições e certamente fará frente a eventualidades de não cumprimento de contrato. E eu explico, Senador Capiberibe: hoje, se V. Ex^a tiver uma propriedade que vale R\$1 milhão, e V. Ex^a quiser pegar R\$50 mil, toda a sua propriedade ficará sob garantia. Amanhã ou depois, se V. Ex^a precisar de mais um crédito – digamos, de R\$30 mil –, não poderá pegar, porque sua propriedade estará dada sob garantia daquele ente financeiro.

Ora, se o País diminuísse essa garantia, eu poderia pegar empréstimo, às vezes, até no concorrente, no outro banco que me dá uma garantia maior, porque há lastro. Às vezes, o sujeito tem uma propriedade...

E isto vale até para os grandes também. No momento em que não estamos podendo dispor de dinheiro, Senador Paulo Paim, para injetar na agricultura, se eu diminuir a exigência dessas garantias, os bancos privados vão poder brigar entre si e injetar, eles próprios, dinheiro na agricultura. Da forma como está, hoje se

exige em torno de 200% do valor que está sendo emprestado – então, são entraves que precisamos superar para melhorar a situação no campo.

Para o produtor, tais contratos se caracterizarão como mais acessíveis e mais justos. Quero crer que o PLS nº 447, de 2015, que tramita na CRA, dá voz a todos os produtores que desejam assinar um contrato mais simétrico na área rural.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando propus esse projeto foi o sentido de tirarmos esses entraves. E já concluo, Sr. Presidente, dizendo que o mundo financeiro é um mundo de muitas entrelinhas. E, para impedir fatos como a subavaliação de bens oferecidos em garantia, propus que, em caso de execução, a parcela do produto da alienação do bem dado em garantia a ser destinada ao credor não poderá ser superior a 130% do valor original do crédito contratado, acrescida apenas da correção monetária regulamentar. Assim, a instituição de crédito não se beneficiará, caso tente burlar a lei.

Finalizo, Senhor Presidente, dizendo que agi guiado pela boa vontade que caracteriza a Justiça, no intuito de tirar os gargalos e os obstáculos para a produção brasileira. Desejo, assim, como todos aqui nesta Casa, que mais benefícios sejam destinados ao setor produtivo rural. O resultado será uma população mais bem alimentada, com mais saúde, mais produtividade, uma vida mais feliz, com mais comida na mesa das famílias, o que é um desejo legítimo de cada um dos brasileiros e certamente nosso.

Contratos mais justos não deveriam ser negociados quase como favores, mas como formas legítimas de crescimento para o Brasil. Hoje, quando o produtor vai a um banco, Senador Paim, é desta forma que ele se sente, numa hipossuficiência imensa, tanto é que os bancos inventam de embutir nesses contratos: “bom, já que eu lhe estou concedendo esse favor, você vai comprar de mim aqui esse seguro”. E, aí, embute uma cadeia de seguros, de não sei o quê, que acaba onerando demais, e ele se sente como se estivesse recebendo um favor. O gerente do banco passa a ser praticamente uma divindade, e ele fica ali, praticamente, com a instituição financeira, numa síndrome de Estocolmo. Então, é com essa situação que nós tentamos acabar.

Foi por isso – para finalizar – que apresentei esse projeto de lei, no sentido de diminuir essas garantias que o produtor tem que apresentar; não eliminá-las. Obviamente, quem está emprestando dinheiro tem que ter a garantia, agora, vamos devagar com o andor, menos exigência, menos gasto com papel, porque, no fim de tudo, o que nós queremos, e é disso que o País precisa, é que a produção se dê de forma tranquila e sem esse emaranhado que há hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço pela tolerância que teve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. Eu quero cumprimentar V. Ex^a.

V. Ex^a é um Senador independente, mas V. Ex^a – e eu fui também na mesma linha – comentou e não deixou de reconhecer as manifestações de domingo passado. Houve, e foi uma grande manifestação, sim. Pode ter sido menor que a outra, mas foi.

V. Ex^a vem à tribuna também e, com a mesma grandeza, reconheceu as manifestações de ontem. No caso, até discordou de algumas faixas ou bandeiras colocadas, como nós também discordamos daquele boneco do Lula, por exemplo. Mas V. Ex^a reconhece que houve, sim, um movimento pró-Presidenta Dilma e fez um comentário na linha do bom senso e do equilíbrio, defendendo desde a agricultura familiar até o grande negócio no campo, que são importantes para a economia brasileira.

Então, eu queria, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a. Eu tenho a mesma posição, comentei também o movimento de domingo, mas comentei também o dia de ontem, na mesma linha que V. Ex^a fez. É claro que podemos alguma visão diferente dessa ou de outra bandeira colocada, mas isso é democrático e é bom, porque faz com que nós nos aproximemos cada vez mais.

Eu agradeço as suas palavras. E esse realmente é o entendimento.

Na manifestação do dia 16, houve bandeiras extremamente afrontosas, e, ao ver o Senador Capiberibe sentado aqui na tribuna, lembro-me de algumas pessoas pedindo a ditadura de volta. Quando falam em ditadura, eu me lembro dele, porque eu sei o que ele sofreu na mão da ditadura. Então, assim, são saudáveis para o País essas manifestações.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Tive oportunidade de observar que, da grande massa que participou das manifestações, as viúvas da ditadura eram pouquíssimas. Hoje não há clima, não há nem clima para reivindicar um retrocesso brutal como esse. As instituições estão sólidas, e tanto estão sólidas que está aí: nada impede que o Ministério Público investigue, que a Polícia Federal desempenhe a sua função. Até mesmo o Presidente da Câmara acaba de ser denunciado ao Supremo Tribunal Federal. Os homens mais ricos deste País estão na cadeia, dentro da democracia. Então, essa minoria, esse fragmento da-

queles que sonham com a violência, com a perseguição, com a tortura, que querem que volte isso são resíduos na sociedade brasileira. Essa é uma página virada, graças a Deus.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só para concluir, Senador Paim.

Essa é a importância deste nosso momento, Senador Capiberibe. O PPS é um partido de oposição, e nós temos feito críticas ao Governo, mas quero fazer aqui um elogio muito sincero. Em que pese estar em dificuldade, em que pese estar quase perdendo o eixo, o Governo não caiu na tentação da repressão às manifestações. A manifestação de domingo foi bacana, e foi legítima a que fizeram ontem. Porque, em países irmãos nossos aqui – tive a oportunidade de visitar a Venezuela –, eu vi que não existe isso. E aqui, não; aqui todo mundo teve condições. Pode ir para a rua criticar ou pode ir para a rua falar a favor do Governo, porque temos esse clima para fazer isso. Isso é amadurecimento da democracia, o que é bom para o País.

Então, pessoas como o Senador Capiberibe – e como o Senador Paim, com certeza –, que viveu nesse período, sabe o que é um regime de exceção. E graças a Deus nós estamos aqui: eu da oposição posso falar, posso vir aqui falar contra o Governo; quem é da situação pode vir falar a favor; e nós convivemos nesse clima. Isso é importante.

Nós estamos passando por uma grave crise. Esperamos e temos procurado uma saída, Senador Paim, mesmo sendo da oposição. O Senador Capiberibe também é de um partido que é independente aqui, mas é um partido que está praticamente na oposição, e ele tem sido um dos Senadores que tem feito reuniões nesta Casa, juntamente com o Senador Cristovam e outros – e de algumas eu participei –, no sentido de se procurar uma saída para o País porque não é proibido, não é só a situação.

Eu tenho dito: a obrigação, obviamente, de achar a saída é do Governo, que ganhou, é legítimo para isso e tem seus técnicos. Mas estes Senadores, com a responsabilidade que têm e com a visão de País, têm procurado também contribuir, sem ranço, para a democracia. Agora vejo que há um movimento se articulando na Câmara no mesmo sentido também – e aí com todos os partidos de posição juntos – porque, ao final de tudo, nós somos oposição ao Governo da Presidente Dilma, não somos oposição ao Brasil. E não se pode, de repente, cair na tentação do discurso fácil de, simplesmente, embora seja uma coisa boa para o País, “se a Presidente for a favor, eu sou contra”. Não podemos ir naquela “*se hay gobierno, yo soy contra*”. Não; nós somos, acima de tudo, brasileiros e queremos que este País vá bem.

Agora, é óbvio, vamos fazer as críticas aqui, e é bom que elas existam. Aliás, existe um ditado que diz que “toda unanimidade é burra”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador José Medeiros, meus cumprimentos pela sua fala e por essa coerência que tem mostrado sempre em cada momento que sobe à tribuna.

É com satisfação que chamamos à tribuna agora o Senador João Capiberibe para que faça o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado que nos escutam em Macapá e Santana, telespectadores da TV Senado que nos assistem de todo o Brasil, uma longa caminhada começa com o primeiro passo, e ontem esta Casa aprovou três acordos de cooperação com a França.

Esses três acordos de cooperação dizem respeito à cooperação transfronteiriça. Eles também permitirão, finalmente, o uso da ponte sobre o Rio Oiapoque. E eu gostaria, nesta oportunidade e nesta sexta-feira, da tribuna do Senado, de fazer um balanço das nossas relações com a França, a partir da nossa vizinhança do Amapá com a Guiana Francesa.

Dos três acordos, um deles é para regular o transporte rodoviário de passageiros e cargas entre os dois países. É um processo longo, demorado, moroso porque há uma série de implicações no ir e vir de um país a outro, mas esse acordo finalmente foi aprovado ontem no Senado e passa a vigorar na relação entre o Amapá e a Guiana.

O segundo acordo diz respeito a comércio de fronteira, estabelece um regime especial para o comércio de produtos de primeira necessidade como, por exemplo, produtos alimentícios, vestuário, revistas, jornais, material de limpeza. Os moradores da fronteira poderão se abastecer, tanto de um lado, como de outro, isentos de imposto sobre importação. Isso é importante neste momento para a economia do Oiapoque.

O Oiapoque é a cidade fronteiriça a Saint-Georges de l’Oyapock, que é da Guiana Francesa, e, com a desvalorização do Real, é evidente que as vantagens crescem nesse comércio com a Guiana. O Euro está supervalorizado em relação ao Real, então aumentam as chances de incremento do comércio ali na fronteira. E esse acordo que nós aprovamos ontem e que deverá ser sancionado permite, de uma forma legal, que esse pequeno comércio, essa pequena zona de livre comércio floresça.

E o terceiro é um acordo que foi assinado em Paris, em 2012, que trata da cooperação em socorro de emergência. Em caso de catástrofe, os dois países se comprometem a auxiliar um ao outro.

Esses são os passos finais para que a União finalmente possa inaugurar a ponte sobre o rio Oiapoque.

No entanto, Sr. Presidente, para inaugurar essa ponte, ainda o Governo Federal precisa fazer alguns investimentos, até porque ali, como se trata de uma fronteira, há a implicação de vários ministérios.

As obras para instalação das autoridades brasileiras estão prontas, no entanto, o pátio ainda está por concluir, falta urbanização, faltam equipamentos, falta a designação do pessoal que vai trabalhar ali naquela fronteira. Ou seja, nós ainda estamos, de certa maneira, um pouco distantes da inauguração da ponte, que está construída, pronta, desde 2011, à espera de que o lado brasileiro... Isto é que é desgastante, constrangedor: o lado brasileiro não cumpriu com suas obrigações, Senador Medeiros.

No lado francês, há três anos, toda a estrutura burocrática francesa foi implantada. E, no entanto, o lado brasileiro ainda claudica na conclusão dos espaços para abrigar nossas autoridades.

Isso é grave, porque demonstra que nós temos dificuldade em honrar os compromissos assumidos, e termina atrasando todo o dinamismo econômico, o desenvolvimento daquela região. Porque para nós é muito importante a cooperação com a Guiana.

E aqui eu quero fazer uma retrospectiva histórica, mas antes gostaria de ouvir o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Capiberibe, esse assunto que V. Exª traz é muito importante e, por mais que pareça um assunto local, não o é. Na verdade, é muito importante para todo o País essa nossa preocupação com a relação com os nossos vizinhos, preocupação com a fronteira, e também com a possibilidade de melhorarmos a nossa relação comercial. Nós temos um mercado fronteiriço que países como Paraguai e Bolívia aproveitam muito bem, e nós não. Eu penso que nós precisamos avançar. Essa ponte e essa obra são da mais alta importância para o Brasil. Eu imagino o quanto, os milhões de divisas não vamos ter nessa nova relação. Agora, é uma pena ouvirmos um relato desses de que a ponte está pronta, e o lado brasileiro não está. Eu fico pensando que, se o de Gaulle estivesse vivo, ele falaria: não falei? Porque certa vez ele falou que nós não éramos um País sério. Eu sempre tive raiva disso e nunca gostei muito da figura dele, porque o Charles de Gaulle, que foi Presidente da França, em determinado momento, falou “O Brasil não é um País sério”. Mas aí vêm algumas coisas e falamos: “Poxa, podíamos ter avançado nisso”, porque se a ponte está pronta, se o lado francês está pronto, como conceber isso? A lógica nos remete a dizer que tinha de estar pronta também. Agora mesmo, no Mato Grosso, nós temos uma ponte imensa em Cocalinho. Ela iria, Senador Capiberibe, facilitar o trânsito de carretas e o escoamento de produtos para ligar a produção de Mato Grosso, do Araguaia, na Ferronorte. Pois bem. A ponte está pronta há muito tempo, há mais de ano, mas não fizeram a cabeceira da ponte. Então, essa parte está inacabada, e o restante da estrada é um pedacinho. Isso iria ser um ganho para o País muito grande. Então, há momentos em que ficamos pensando que parece que precisamos de uma integração, de um pensamento nacional para falar: olha, o Amapá – e Roraima, principalmente –, sofreu muito na sua economia, porque ficou praticamente um Estado dentro de uma reserva, e não o contrário. Já é prejudicado economicamente. Então, o que pudesse facilitar para melhorar a economia já seria de bom-tom. E nesse caso está muito fácil. Então, V. Exª traz essa preocupação, que diz como as coisas têm acontecido no nosso País. E precisamos avançar. Por isso, a importância de vir aqui, à tribuna. É um discurso que V. Exª faz, mas também é uma denúncia, que leva à reflexão de que precisamos mudar essa situação. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Medeiros. V. Exª lembra, com clareza, que o Brasil não honra esse compromisso e atrasa o desenvolvimento local. Isso é verdadeiro, até porque o outro lado honrou. É exatamente isso que cria um certo constrangimento, uma certa saia justa para as nossas autoridades.

Eu vou relatar aqui a retomada das relações com a Guiana, porque, até 1995, quando assumi o Governo do Amapá, tomei a decisão de restabelecer uma relação de convivência e cooperação com a França através do Departamento Francês da Guiana. Eu fiz uma primeira viagem à Guiana, uma viagem oficial. E ali, então, eu comecei a conversar com as autoridades locais.

A organização política da França é completamente diferente do Brasil. A França é um Estado centralizador. A presença do Estado central está em todos os Municípios, em todos os Estados. É muito diferente do Brasil. Nós somos uma república federativa.

Nesse meu primeiro contato, eu tive a felicidade de conhecer o Presidente do Conselho Regional, que se ocupa de atividades muito semelhantes às de um governador. A partir do conhecimento dessa autoridade da Guiana, que, na época, era Presidente do Conselho, chamado Antoine Karam, e que, hoje, é Senador representando a Guiana no Parlamento francês, nós passamos a discutir a possibilidade de uma cooperação mais intensa. Ali, então, estabelecemos alguns entendimentos para que pudesse haver a cooperação entre as duas regiões.

Em 1996, deu-se a renovação do acordo de cooperação entre Brasil e França. A partir desse entendimento das autoridades locais, regionais, da nossa interação com a Guiana, do nosso diálogo com o Presidente Karam, nós inscrevemos, no acordo de cooperação de 1996, firmado em Paris pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente Jacques Chirac, a cláusula 6ª, que passou a permitir a cooperação regional.

O Senador Paulo Paim deve ter essa experiência, porque o Rio Grande do Sul certamente tem cooperação com o Uruguai. Só que, no Amapá, não. Nós não tínhamos nenhum tipo de relação com a Guiana. Nós vivíamos de costas uns para os outros em função dos conflitos que duraram até 1900.

Durante todo o período colonial e depois da proclamação da independência do Brasil, a França reivindicava uma parte, um pedaço de área enorme que vai da margem direita do Rio Oiapoque até a margem esquerda do Rio Araguari, como se pertencesse àquele país.

Daí houve alguns conflitos. O último dos conflitos aconteceu em maio de 1895. Uma fragata francesa invadiu um pequeno vilarejo chamado Amapá, que deu nome ao Estado, e houve um massacre. A Armada francesa assassinou cinquenta e poucas pessoas desarmadas dessa comunidade. Isso virou um escândalo na França e no Brasil.

O brasileiro que comandou essa resistência, chamado Francisco Xavier da Veiga Cabral, virou herói nacional, e a França e o Brasil passaram a cuidar dessa questão com muito mais preocupação e agilidade, até que, em 1900, na Suíça, foi definido que essa área, de fato, pertencia ao Brasil. E, de 1900 até 1995, 95 anos depois, continuávamos vivendo uns de costas para os outros. E, aí, então, tomamos a iniciativa de retomar a cooperação.

Depois da assinatura, em 1996, do acordo de cooperação entre a França e o Brasil, em articulação com o Presidente, na época, Presidente Karam, hoje, Senador Antoine Karam, articulamos um encontro entre o Presidente Jacques Chirac e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que aconteceu em novembro de 1997, lá, em São Jorge do Oiapoque, do lado da Guiana. E ali estabeleceu-se uma série de compromissos dos dois lados. Do lado brasileiro, o compromisso era pavimentar a BR-156 de Macapá até Oiapoque e, do lado francês, também, iriam concluir a pavimentação asfáltica de uma estrada nacional deles que iria de Régina até Saint-Georges-de-l'Oyapock. Também foi definida a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. Vejam só, foi em 1997. Ali, ficou decidido, foi acordado, isso está registrado nas atas dessas reuniões, que os dois lados estavam de acordo em construir uma ponte ligando definitivamente os dois países. Na época, eu falava de uma ligação, uma ponte que ligava o Mercosul à União Europeia, ou que ligava o Brasil à França. Aí, as pessoas, em várias regiões do Brasil, imaginavam: como, uma ponte atravessando o Atlântico? Não. Uma ponte atravessando o Rio Oiapoque porque o Departamento Francês da Guiana é um espaço físico, político da França, e esta ponte, então, faria essa interligação.

A consequência dessa retomada da cooperação com a França é que a Agência Francesa para o Desenvolvimento, Sr. Presidente, passou a investir no Brasil. Não só no Amapá, mas também em todo o País, há grandes investimentos promovidos pela Agência Francesa para o Desenvolvimento.

Do lado brasileiro, depois desse encontro entre os dois Presidentes, aceleraram-se alguns processos. Por exemplo, a BR-156, que é uma estrada federal, não estava contemplada nos programas nacionais de infraestrutura. Com a inclusão e com o acordo feito lá em 1997, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso inscreveu a BR-156 no programa nacional chamado Avança Brasil, e, pela primeira vez na história, começou a liberação de recursos para a construção da estrada a partir de 2003. Eu retomei a construção da estrada em 2001, com recursos do próprio Estado, você vê que eu governei um Estado muito equilibrado, do ponto de vista orçamentário-financeiro, e pude investir, em um ano, R\$30 milhões na construção de 61km de pavimentação asfáltica, que ia da ponte do Tracajutuba até muito próximo da cidade de Tartarugalzinho.

Nos anos seguintes, o Governo Federal injetou um recurso consistente para que essa obra pudesse ter avançado com muito mais rapidez, e não avançou. A conclusão é que hoje, passados tantos anos, nós ainda temos 110km de pavimentação asfáltica a executar para poder honrar o compromisso assumido lá em 1997. Também muitos outros compromissos, deixamos de honrar. No entanto, todos os compromissos assumidos com a Guiana, entre o Amapá e a Guiana, nós honramos. Nós implantamos, na rede pública do Amapá, o ensino da língua francesa e os guianenses também introduziram a língua portuguesa no currículo escolar da Guiana, porque nós somos vizinhos e uma boa relação de vizinhança exige, no mínimo, que a gente se entenda, que a gente fale a mesma língua.

Então, esse era um ponto fundamental, que nós pudéssemos conversar no mesmo idioma. E assim foi feito, construímos no Amapá um centro de línguas e cultura francesa, no qual homenageamos a ex-Primeira Dama da França, Danielle Mitterrand, dando-lhe o nome Centro de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand, onde passamos a formar os alunos na língua francesa. E, na Guiana, eles introduziram, na rede pública da Guiana, o ensino do português.

Ao longo dos anos, a cada dois anos, nós tínhamos uma reunião, transfronteiriça, de um lado as autoridades da Guiana, de outro, do Amapá, as autoridades francesas e as autoridades brasileiras, para avaliar todos os entendimentos, os acordos de cooperação feitos e promover novas cooperações.

A ponte ficou pronta em 2011. Não vou repetir, mas o lado francês honrou todos os seus compromissos, e o lado brasileiro, até agora, ainda não conseguiu concluir. Eu faço um apelo à Presidente Dilma para que possamos acelerar a intervenção dos vários Ministérios, porque o Ministério dos Transportes ainda tem que concluir a BR-156. Agora a BR-156 foi devolvida ao DNIT, que está promovendo novas licitações e poderá avançar com muito mais rapidez. Também cabe ao Ministério da Justiça, porque vai ter que ter presença da Polícia Federal; ao Ministério da Fazenda, com a Receita Federal; ao Ministério da Saúde, com a Anvisa.

Então, eu faço um apelo à Presidente Dilma para que acelere o processo de implantação da infraestrutura, de pessoal, de equipamentos, para que possamos definitivamente inaugurar essa ponte, promover o ir e vir das pessoas e, assim, promover o desenvolvimento.

Portanto, ontem foi o último passo que se esperava do Parlamento. O Parlamento aprovou todos os acordos. Eu atribuo que nós tivemos um problema sério aqui: um dos acordos que o governo francês queria ver aprovado com mais rapidez era o acordo de combate ao garimpo clandestino e à pesca predatória. Infelizmente, nós aqui no Parlamento, e por Parlamento digo a Câmara Federal, levou quatro anos para aprovar esse acordo.

Esse tempo que demorou para aprovar o acordo de combate ao garimpo clandestino e à pesca predatória atrasou, em quatro anos, a inauguração da ponte também, porque os franceses colocaram como condição aprovar esse primeiro acordo para, então, depois aprovar os demais. E aí nós tivemos dificuldades, mas graças à intervenção... Vejam só a diferença: um acordo que levou quatro anos para ser aprovado na Câmara foi aprovado em menos de uma semana aqui, no Senado.

Lá na Câmara, só conseguimos aprovar esse acordo graças à participação ativa, efetiva e à capacidade de mobilização da Deputada Janete Capiberibe. Ela se dedicou a aprovar o acordo do garimpo clandestino, assim como nós aqui no Senado, e logo em seguida, no ano passado, quando chegaram esses três acordos, como já citei aqui, que nós aprovamos no plenário ontem, ela também se dedicou inteiramente a articular a aprovação na Câmara.

Os três acordos, na Câmara, foram aprovados em seis a sete meses, o que mostra que o tempo encurtou e que nós, hoje, podemos comemorar que a parte do Parlamento está cumprida. Ontem concluímos as votações, aprovamos os quatro acordos. Agora, está na mão do Poder Executivo, está na mão do Governo avançar na implantação da infraestrutura e marcar a data da inauguração, que vai ser um momento histórico, porque a decisão de construir a ponte é lá de 1997. E começa conosco lá, nesse encontro entre o Presidente Jacques Chirac e o Presidente Fernando Henrique.

E aqui eu vou revelar uma curiosidade desse encontro. Imaginem uma pequena cidade recebendo dois Presidentes da República. Foi algo assim absolutamente inusitado, com a presença de navios de guerra, helicópteros, foi uma comoção geral. Na hora da cerimônia, falaram o Presidente Fernando Henrique e também o Presidente Chirac. O esforço que nós fizemos era para revelar ao País a existência dessa fronteira comum e a existência da possibilidade da cooperação do Brasil com a França, a retomada da cooperação do Brasil com a França, a possibilidade da cooperação entre o Mercosul e a União Europeia. A ideia era revelar à sociedade brasileira existência dessa fronteira.

E o que é que acontece? Na hora em que o Presidente Jacques Chirac inicia a sua fala, cumprimentando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele o cumprimenta como sendo o Presidente do México. A imprensa brasileira, no outro dia, mostrava charges com o Presidente Fernando Henrique com um sombreiro. E aí esqueceu-se de falar do assunto que foi ali tratado.

Mais tarde, essa cooperação foi retomada pelo Presidente Lula, que também fez uma visita à área, junto com o Presidente Sarkozy, e estabeleceu novos projetos de cooperação. E a cooperação avança.

Aquilo que era conflito, até 1995, nós transformamos em cooperação.

Eu queria me dirigir, finalmente, ao povo do Oiapoque, para dizer-lhes que a possibilidade de desenvolvimento daquela comunidade está voltada para o Norte. É preciso avançar cada vez mais na cooperação.

A Universidade Federal do Amapá criou lá o núcleo do Oiapoque. Nós estamos recorrendo ao Ministro da Educação para dar um apoio mais consistente para esse núcleo porque é um núcleo tão especial e ali deveria ter um programa específico para aquela área. Estamos alocando recursos para ampliar a presença da Universidade Federal lá no Oiapoque, porque dessa relação de cooperação com a Guiana Francesa, com o Suriname e com a República da Guiana é que está o futuro da comunidade do Oiapoque.

É preciso intensificar essa cooperação, é preciso que o Brasil olhe com carinho e com um olhar diferenciado essa região, destinando recursos e pessoal qualificado, para que a gente possa rapidamente concluir com a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Parabéns, Senador Capiberibe, pelo seu pronunciamento.

Eu chamo à palavra, neste momento, o Senador Romero Jucá. E não sei como é que está a disponibilidade de V. Ex^a, porque, depois do Senador Romero Jucá, eu falaria, pela Liderança, sobre um projeto muito importante para o Rio Grande. Mas o Senador Romero Jucá está convidado já a ir à tribuna.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Paulo Paim, meu caro Senador – e agora Presidente – João Capiberibe, Sr^{as} e Srs. Senadores, a todas as pessoas que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado, pelas mídias sociais, eu pedi a palavra para um discurso breve, mas eu quero aqui ser o primeiro a alertar e marcar minha posição contra essa questão.

Aqui no Senado, o Presidente Renan, essa semana, acabou de criar uma comissão de juristas para tentar construir algumas saídas para melhorar o ambiente econômico. Nós vamos ter também uma comissão de Senadores e Senadoras exatamente para discutir a Agenda Brasil, que é, no nosso entender, o encaminhamento correto para que nós possamos melhorar o ambiente econômico, recuperar a segurança jurídica, que o Brasil, infelizmente, perdeu perante os agentes econômicos internos e externos, ajudar na recuperação da credibilidade do Governo e, com tudo isso, poder sinalizar para a economia qual a previsibilidade deste País nos próximos anos. Infelizmente, o Brasil está travando por falta de previsão. Nós não podemos querer que alguém vá comprar um apartamento, ou alguém vá comprar um carro, ou vá às Casas Bahia fazer um crediário, ou enfim, compre qualquer tipo de bem ou programe a sua vida se não tem uma mínima garantia de que estará empregado no ano seguinte ou que a economia vá reagir, mesmo que demore certo tempo.

Nós vimos ontem os dados do desemprego crescendo, Senador Paulo Paim, para 7,5%. Eu tenho dito isso desde o começo do ano, e eu lamento que eu tenha acertado todas as previsões desde o ano passado. Infelizmente, no ritmo que o Brasil vai, daqui a três meses, no máximo, nós estaremos em dois dígitos de nível de desemprego. Esse nível de desemprego – V. Ex^a sabe bem, porque é um homem estudioso desse assunto – é grave, mas é gravíssimo para o setor mais jovem dos trabalhadores. Eles são os primeiros a serem demitidos, porque a indenização é mais barata, porque são menos experientes, e porque, na verdade, na escolha, as empresas vão ficando com as pessoas mais experientes, até porque a indenização é mais cara para demitir.

Nós entendemos que o remédio para isso não é ajuste fiscal, não é aumento de impostos, porque isso deprime ainda mais a economia. Tem que ser o movimento oposto. Nós temos que acabar com a burocracia, viabilizar e facilitar a vida das micro e pequenas empresas, dar uma sinalização para a economia, melhorar a segurança jurídica e fazer com que esse dólar de R\$3,50 possa ser, efetivamente, um canal de investimento em concessões e em outras questões necessárias para a logística e para a infraestrutura do nosso País. O Brasil é maior do que a crise e é maior do que qualquer governo.

Por que eu estou falando tudo isso? Aonde eu quero chegar? Eu quero aqui lamentar a decisão dos Secretários de Fazenda, ontem, em reunião do Confaz, que estão optando por uma linha de aumentar impostos.

Ontem, tomaram uma decisão – e dizem os jornais, por unanimidade, mas ela terá de passar pelo Senado –, e eu já quero aqui colocar a minha posição contrária. Discutiram a seguinte questão: aumentar o imposto de herança, Senador João Capiberibe, ou seja, de transferência de bens.

Não estamos falando de bens milionários, não estamos falando aqui do Imposto sobre Grandes Fortunas, que é outra discussão que precisa ser feita. Estamos falando aqui de uma família que lutou a vida inteira, que comprou uma casa e, ao morrer um ente ou, enfim, declarando-se impedido, ou na circunstância de ter de passá-lo para os filhos – e hoje o imposto dessa transmissão, no Brasil, é em torno de 4%, – os secretários de fazenda querem aumentar para 20%!

Isso quer dizer o seguinte: se uma viúva herda uma casa, ela terá de pagar para recebê-la 20% do seu valor! Eu pergunto aqui: As pessoas terão condição de fazer isso? Haverá a condição de caixa, de poupança para se pagar o imposto de 20% de transmissão de um imóvel? Acho que não.

Então, eu gostaria de registrar que entendo que o esforço fiscal que tem de se fazer não é o de ampliação desvairada de impostos. Tem que ser um esforço fiscal de contenção de gastos, de simplificação tributária para que, efetivamente, possa até se arrecadar mais, ampliando a base tributária e facilitando a cobrança de impostos. Agora, nunca onerando as famílias.

E quero aqui dizer, com muita tranquilidade: essa medida não me atinge. Há anos que passei, quando me separei, os bens que eu tinha para os meus filhos. Então, não falo em causa própria, não tenho Imposto sobre Herança para pagar. Agora, me preocupa a situação das famílias, que, ao receberem um bem, por conta

de um falecimento ou de uma transferência, terão de pagar um imposto, que sofre um aumento de 4% para 20%, sobre o valor do imóvel.

Ora, o que irá de acontecer na prática? Essas pessoas terão de vender o imóvel para poder pagar os 20% do imposto. Não acredito que as famílias brasileiras, pelo menos na sua grande maioria, tenham uma poupança equivalente a 20% do valor do seu imóvel guardada, inclusive, em um momento de dificuldade como este.

Então, eu quero aqui registrar esse posicionamento, lamentar essa decisão e dizer que esta é uma decisão dos Secretários de Fazendas, que tem uma visão fiscalista e de ampliação de impostos. Mas entendo, e tenho conversado com muitos Senadores e Senadoras, que o caminho do aumento desvairado de impostos não é o caminho que é majoritário neste Senado.

Eu quero aqui registrar o meu posicionamento e pedir aos Secretários de Fazenda que estudem outras opções que não sejam onerar a sociedade, as famílias e os trabalhadores do nosso País.

Era este o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, deixar muito claro este posicionamento. E nós estaremos aqui discutindo qualquer questão de aumento de impostos.

Esta semana nós já reoneramos a folha de pagamento, entregando ao Governo o pedido do Governo de ajuste fiscal. Eu votei a favor e dei o meu posicionamento que estava votando porque achava que, se o Governo colocou o ajuste fiscal como condicionante, Senador Paim, para poder resolver os problemas do País, nós fizemos um sacrifício e votamos isso.

Votado o ajuste fiscal, não me venham com aumento de imposto. Não me venham com esse tipo de programação de aumento de gastos, porque este não é o caminho que a sociedade brasileira e que a economia brasileira clamam neste momento.

Nós temos de ir no sentido exatamente oposto. Nós temos é que desagravar a economia. Nós temos é que destravar a economia. Nós temos é que simplificar a economia, para que a atividade econômica possa ser retomada, o crescimento volte a acontecer neste País, e a geração de empregos volte a ser uma realidade, porque hoje nos amedronta e nos preocupa muito o nível de crescimento do desemprego acelerado em nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O.k., Senador Romero.

Sabe, Senador Romero, que se poderia fazer uma negociação: reduzimos o Imposto de Circulação de Mercadoria, porque é um imposto injusto.

Imagine que, quando o Bill Gates vem ao Brasil e consome alguma coisa, ele paga o mesmo imposto que paga quem ganha um salário mínimo. Então, realmente, é um imposto injusto. Eu acho que o sistema tributário brasileiro é muito injusto, o senhor tem inteira razão.

Só para uma informação, Senador, os franceses cobram 50% de imposto sobre a herança. Eu acho que eles foram se inspirar nos franceses.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador João Capiberibe, que preside esta sessão, hoje, eu tirei o dia para falar sobre a crise do Rio Grande do Sul. E aqui eu vou discorrer um pouco mais sobre ela e, ao mesmo tempo, dirigindo-me ao meu Estado, na figura do Governador José Ivo Sartori.

O Governador promove, no dia de hoje, um almoço no Palácio Piratini com representantes dos empregados, dos empregadores – é o caso da CUT, da Força Sindical, da Nova Central, da FIERGS e das outras federações dos empregadores – e convidou os Deputados e Senadores.

Eu mandei uma justificativa ao Governador dizendo que só não estou lá porque assumi a responsabilidade – depois de conversar muito, na noite de quarta-feira, com o ex-Deputado Federal Hermes Zanetti e com uma equipe de técnicos, junto com os outros dois Senadores, Ana Amélia e Lasier Martins – de que, no dia de hoje, eu apresentaria, então, em nome dos três Senadores, porque eles também assinam, um projeto que vai na linha da resolução, caso seja aprovado, da crise do Rio Grande do Sul em relação à União, da chamada dívida dos Estados. E remeti ao Governador que estaria lá, porque sou parceiro numa hora como esta.

Aqui não é mais aquele debate infernal e interminável de oposição ou situação, não é ficarmos eternamente lembrando chimangos e maragatos e as suas divergências que a revolução da época assim apontou – e foram legítimas. O momento é de pensar no bem do povo gaúcho.

E é nesse sentido que eu digo ao Governador que nas decisões que foram tomadas lá pode saber que eu sou parceiro aqui. E a decisão que eu estou apresentando aqui em nome dos três Senadores, eu tenho certeza que terá o apoio de toda a sociedade gaúcha e, oxalá, eu consiga o apoio de todos os Deputados Federais e também dos governadores!

Por isso me dirigi ao Governador, depois de fazer os preâmbulos naturais e que a boa tratativa exige, dizendo que não estarei presente, hoje, lá no Palácio Piratini. Eu gostaria muito de estar, mas fico em Brasília por

uma justa causa. Em nome dos três Senadores, no dia de hoje, estou apresentando ao Congresso Nacional – Senado e naturalmente a Câmara – um projeto que trata da renegociação da dívida gaúcha, que vai fazer com que a gente não continue mandando R\$ 280 milhões, R\$ 260 milhões, todo ano, para a União.

A ideia não é de dar calote e nem de perdão, mas de justiça, impondo um único encargo financeiro: a atualização monetária, calculada pelo IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou seja, correção sim, juros não. A União não é um banco. A proposta pretende uma readequação das condições nos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional em formas diversas das adotadas pela União.

Mas desejo a todos ali em Porto Alegre uma excelente reunião, e que daí nós partamos para outras propostas, como discutir a dívida da União em relação ao Rio Grande, em relação à Lei Kandir, o encontro de contas no campo do INSS, ou seja, muitos servidores se aposentaram lá no Rio Grande e, corretamente, querem e têm que receber o seu salário. Só que esses servidores, também corretamente, antes de serem servidores, contribuíram para a União. Só que a União tem que devolver a contribuição que eles fizeram, porque quem está pagando a aposentadoria deles agora é o Governo do Estado. São algumas questões que eu sei que serão levantadas lá e sobre as quais já me posicionei.

Mas, Sr. Presidente, eu aproveito esta sexta-feira para ler aqui a justificativa do projeto, e aqui eu já citei qual é o objetivo: é que a dívida leve em consideração a atualização monetária calculada pela variação positiva ou negativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, ou o índice que vier a substituí-lo como índice oficial da inflação brasileira, adotado pelo Ministério da Fazenda e Banco Central. Seria, então, o único encargo financeiro que vai incidir sobre os valores financiados e refinanciados aos emprestados pela União para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Vamos, então, Sr. Presidente, ler somente a justificativa do projeto. Este projeto de lei que hoje apresento, em nome dos três Senadores, e que teve a contribuição do ex-Deputado Federal Hermes Zaneti e sua equipe, este projeto de lei complementar tem por objetivo reapresentar parte, veja bem, substancial de um projeto de lei que já estava no Senado, o de nº 86, de 2012, Lei Complementar do eminente ex-Senador Francisco Dornelles.

O que diz, então, a justificativa técnica:

A mudança que se assegura no âmbito do projeto de lei ora proposto é a readequação das condições de remuneração dos refinanciamentos concedidos pelo Tesouro Nacional aos Estados e Municípios, que adotaram um indexador (IGP-DI) e uma taxa de juros (de até 9% ao ano), [totalmente] incompatíveis com as mudanças macroeconômicas seguintes à época da rolagem e que vieram por se revelar abusivas, com graves prejuízos para as finanças estaduais e municipais.

Vejam bem, na época da inflação alta, além do IGP-DI, mais 9%, por isso que essa dívida é impagável. Pedimos 10, pagamos 22 e devemos mais do que 50.

A própria renegociação feita, da qual nós participamos ativamente, já votada no ano passado, mas que só vai entrar em vigor a partir de 1º de janeiro, já fala no INPC mais 4%, e não 9%.

A melhor prova disso é que o Tesouro Nacional concede financiamentos ao setor privado, ainda que indiretamente através de bancos federais, com taxas de juros de até 3,5% ao ano, sem correção (no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI). Não há justificativa jurídica, econômica, política ou [muito menos] social para que o Tesouro Nacional cobre uma taxa de juros superior àquela nas dívidas contraídas por outros entes públicos. Isto sem considerar que a taxa básica de juros (a SELIC) pode vir a ser reduzida para uma taxa superior àquela dos contratos de rolagem, que ainda é acrescida da variação do IGP.

Para restabelecer o equilíbrio dos contratos de rolagem, este projeto promove mudanças pontuais [Sr. Presidente].

Propõe-se, ademais, que a correção monetária seja recalculada, adotando o IPCA (divulgado pelo IBGE) no lugar do IGP (pela FGV), retroagindo à data da assinatura de cada contrato. Tal substituição é uma possibilidade já prevista [inclusive] na legislação que autorizou a rolagem – na Lei nº 9.496, de 1997, o inciso II do art. 3º definiu atualização monetária pelo IGP “... ou outro índice que vier a substituí-lo” [...].

Este projeto, Sr. Presidente, determina que os saldos devedores sejam recalculados pelo novo índice de preços até a data em que entrar em vigor esta lei, quando a atualização monetária será extinta uma vez que, para o futuro, a opção será aplicar apenas uma taxa de juros nominal fixa.

Sr. Presidente, dessa forma, a partir da promulgação da lei, nos termos da nossa proposta, serão adotados juros fixos, sem atualização monetária, mesmo tratamento dispensado pelo Tesouro Nacional – repito – a bancos e empresas em operações de empréstimo.

Ora, nós queremos o mesmo tratamento: que a dívida do Estado seja a mesma que o Governo calcula quando faz empréstimo a bancos como o BNDES ou mesmo à iniciativa privada.

E importante realçar, Sr. Presidente, que este projeto não afeta o endividamento do setor público como um todo. A proposta alcança apenas as relações intergovernamentais de modo a readequar a posição patrimonial das três esferas de Governo ao reduzir o passivo de governos estaduais e municipais e, ao mesmo tempo e no mesmo valor, ao diminuir também o ativo do Governo Federal.

Portanto, essa alteração em nada afetará o montante da dívida líquida do setor público, medida que se usa para fixar a meta fiscal do País, porque nenhum real a mais será devido pelo setor público ao sistema bancário, ao mercado financeiro ou ao setor privado.

Certo de que esta lei, Sr. Presidente, vai contribuir para restabelecer o equilíbrio dos contratos e da Federação, faço aqui um apelo ao Congresso Nacional para que a examine e aprecie em regime de urgência.

Durante a tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, na época este PL, aqui aprimorado e atualizado, de número 86, teve a seguinte fala do relator, o eminente, meu colega e amigo, Senador Lindbergh Farias:

Com relação ao mérito, considero que o debate técnico e econômico já amadureceu no sentido da necessidade e inevitabilidade da renegociação dos termos das dívidas subnacionais com a União. Esta dívida, nos termos atuais, em que é corrigida pelo IGP-DI mais juros de 6% a 9% ao ano, é injustamente cara e, no caso de vários Estados, é impagável, não será pago nunca. Diversos entes, apesar do esforço para cumprir suas obrigações com a União, veem suas dívidas crescerem [era o que eu dizia, pedimos dez, pagamos 22 e devemos 55 bilhões de reais]. Hoje, suas dívidas são maiores do que quando foram pactuadas com a União – e nenhum centavo deixou de ser pago por parte dos devedores [como é o caso do Rio Grande do Sul. A única vez que mostrou que não podia pagar teve simplesmente suas arrecadações confiscadas pela União.]

O próprio Tesouro Nacional, quando aporta recursos ao BNDES para financiar investimentos privados, cobra o quê? TJLP, que hoje é de 6% ao ano. Assim, nada mais justo que reduzir os juros que incidem sobre a dívida dos entes federados. E, além disso, é muito importante ver que o Governo Federal vem implementando um conjunto de medidas para redução de todas as taxas de juros da economia. É nesse cenário que o indexador da dívida dos Estados deve ser reduzido para patamares civilizados.

Disse mais o Senador Lindbergh Farias, que é considerado um dos Senadores que atuam de forma contundente, firme e corajosa no debate econômico, como também o ex-Senador Dornelles:

Ademais, a revisão dos termos atuais da arquitetura da dívida dos Estados é, além de tudo, um importante instrumento de reequilíbrio das relações federativas. Os benefícios obtidos por Estados decorrentes dessa operação poderão compensar perdas de tais entes em outras reformas institucionais iminentes, como o redesenho do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Significa, portanto, colocar sobre a mesa mais um instrumento de reequilíbrio federativo [que é o que clama hoje a sociedade gaúcha].

Por fim, apenas para esclarecer o aspecto constitucional, não vejo neste PLS ofensa ao ato jurídico perfeito. A Constituição veda que a Lei, mesmo a complementar, desrespeite os contratos, e isso se presta a garantir a vontade das partes.

Todavia, as partes dos contratos de dívida em questão são entes da Federação, entes públicos, e a vontade destes entes se expressa aqui no Senado, pelos representantes legítimos dos Estados e, na Câmara, pelos representantes do povo, ou seja, os Deputados.

Sendo assim, nesse caso, diferente do que se diz nos ajustes entre particulares, em que o contrato é a lei entre as partes, a lei é o contrato entre União e Estados.

Não vejo, portanto, qualquer óbice de ordem legal, constitucional ou regimental.

Sr. Presidente, durante a tramitação na Comissão chamada CCJ, também recebeu voto de aprovação do Relator, o eminente Senador Cícero Lucena, que disse:

No que tange ao aspecto constitucional do PLS nº 86, de 2012, lei complementar, [que é o mesmo que estamos aqui reapresentando, repito, de forma atualizada], registre-se que a matéria diz respeito à operação de crédito e dívida pública. Está, portanto, enquadrada no rol das atribuições legislativas desta Casa [ou seja, do Congresso Nacional].

Conforme reza o artigo 48, inciso II, da nossa Constituição [e eu estava lá, porque fui constituinte], as matérias nele tratadas também não estão previstas no § 1º do artigo 61 da Carta Magna, que lista os assuntos de iniciativa privativa do Presidente da República [que não é o caso em questão].

A opção pela lei complementar é correta [diz o nobre Senador], porque ela está amparada pelo artigo 163 da Constituição, que escolheu esse instrumento para reger os temas tratados aqui no projeto. Os mesmos temas estão presentes também na Lei Complementar LRF.

Quanto ao mérito, disse mais o Senador:

Quanto ao mérito, a proposição deve ser acolhida, pois visa a resolver definitivamente o problema do excesso do endividamento dos Estados e Municípios. Como é de conhecimento geral, o tamanho do passivo desses resulta em elevados encargos a serem reembolsados mensalmente, comprometendo grande parte da arrecadação dos Estados e, conseqüentemente, acumulando, então, uma dívida impagável.

Sr. Presidente, grande parte das dívidas dos Estados e Municípios tem a União como credora, notadamente os contratos firmados com amparo da Lei nº 9.496, de setembro de 1997, e em outras tantas medidas provisórias.

O Senador Cícero Lucena diz, então:

A aprovação do PLS em questão, lei complementar, teria um impacto extraordinário nas finanças dos Estados e Municípios, porque ele simplesmente libera boa parte das receitas atualmente comprometidas com encargos financeiros para aplicá-las na ampliação de serviços públicos demandados pela população, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, habitação.

Em termos do impacto imediato sobre a dívida líquida do setor público, não faria diferença, pois a redução dos créditos e dos juros recebidos pela União seria compensada pela redução do passivo e dos juros devidos pelos entes subnacionais. (grifo)

E esse dinheiro seria aplicado no campo social, em cada Estado, em cada Município.

Por isso tudo, somos absolutamente favoráveis [a esse PL] Lei Complementar.

E aqui fizemos três aprimoramentos que já foram colocados e encaminhados à Mesa.

Visando corrigir uma injustiça histórica praticada contra a Federação Brasileira, o presente projeto de lei propõe o refazimento dos contratos assinados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e do Programa de incentivo a Redução do Setor Público na Atividade Bancária.

Tendo em vista que estes programas foram medidas econômicas que se tornaram necessárias para evitar que a crítica situação das Unidades Federativas pudesse vir a comprometer os resultados do plano de estabilização econômica posto em andamento na segunda metade dos anos 90, aqui fazemos os ajustes:

1º) o Governo Federal havia implementado importantes medidas econômicas para o Plano Real e a adoção de altíssimas taxas de juros básicas;

2º) estas medidas provocaram a instabilidade financeira dos Estados pela eliminação das receitas inflacionárias, efeito da época;

3º) esta situação levou muitos Estados à beira da insolvência, o que coloca em risco as próprias medidas econômicas implementadas pelo Governo Federal, e foi importante a aplicação do Plano Real;

4º) como o Governo Federal precisava defender a sua política econômica, a solução do problema dos Estados era imprescindível;

5º) esta solução veio em forma de oferecimento do empréstimo;

6º) como a situação era de urgência e os Estados não vislumbravam alternativas, tiveram que aceitar a solução oferecida, mesmo sabendo que ela somente amenizaria momentaneamente as suas debilidades financeiras, para as quais não tinham concorrido.

Celebrados os contratos, o Governo Federal teve sua política econômica preservada. O empréstimo não resolveu a debilidade financeira dos Estados, que além de permanecer até hoje trouxe um sério agravante, que é a exagerada dependência do Governo Federal. Aqui nós vemos vereadores, prefeitos, governadores, Deputados Federais e Senadores praticamente de joelhos junto à União, pedindo respostas para a crise financeira de Estados e Municípios, quando a solução estaria só na renegociação da dívida, nos moldes que nós estamos aqui propondo.

Apesar de serem uma necessária medida econômica, os empréstimos não tiveram o devido tratamento como outras medidas comumente adotadas pelos governos, como, por exemplo: a concessão de anistias tri-

butárias, em que se anulam créditos fiscais constituídos; o refinanciamento de dívidas tributárias, em que se estende o recebimento desses créditos com expressivas vantagens financeiras para o devedor; as altas taxas de juros com as quais se transferem, via dívida pública federal, vultosas rendas para os investidores financeiros; os subsídios e créditos privilegiados concedidos a alguns setores da economia; e as renúncias fiscais, em que se abre mão de receitas para fomentar a economia. No fim, quem está pagando a conta são os Estados e Municípios.

Dessa forma, é inconteste que a precária situação dos Estados decorreu de medidas implementadas pela União ao longo de décadas.

Aliás, nada mais eloquente do que a afirmação constante da Prestação de Contas Presidencial dos anos de 2008 a 2014, encaminhada ao Congresso Nacional, em que é dito:

Na segunda metade da década de 90, ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados – aí se encontra o meu Rio Grande –, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Por fim, Sr. Presidente – e aqui eu termino –, como os programas foram medidas econômicas do Governo Federal imprescindíveis para a época, obrigatórias e urgentes, não faz nenhum sentido, no período de 1999 a 2014, enquanto o menor valor cobrado pelo Governo Federal, o IGP/DI acrescido de 6,17% de juros ao ano, teve uma variação de 876%, a variação do IGP/DI sem juros de 275%, a inflação medida pelo IPCA de 178% e o rendimento da caderneta de poupança de 252%. Veja bem, poupança, 252%, e o Governo Federal teve uma variação de 876%.

A dependência decorrente desses empréstimos, somada ao fato de que o Governo Federal arrecada grande parte da renda nacional está ferindo de morte a Federação brasileira e, por vias transversas, está burlando o dispositivo constitucional que estabelece que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

Finalmente, cabe a nós destacar que o presente projeto não pode ter a interpretação que possa ser um perdão – ninguém quer perdão, até porque não tem o que perdoar – de parte da União nem que os Estados queiram dar um calote.

Não é calote porque não devemos; não queremos dar calote porque não devemos.

Em absoluto. Esse projeto apenas representa a aplicação do que é absolutamente justo e de bom senso, principalmente em se tratando das relações entre entes federados em que os Estados, que têm os encargos de atender à população brasileira na educação, saúde, segurança, infraestrutura, rodovias, justiça, dentre tantos outros, devolvem integralmente os valores recebidos devidamente corrigidos pelo IPCA, que é o índice que mede a inflação brasileira.

Sr. Presidente, este projeto que hoje apresentei à Casa como uma contribuição ao meu querido Estado do Rio Grande do Sul faz justiça. Esse projeto, repito, contou com a contribuição do ex-Deputado Federal Hermes Zaneti e sua equipe. Não tenho a ideia nem estou na peleia permanente das disputas partidárias. Aqui não interessa de quem é o partido, tanto que o atual projeto é assinado pelos três Senadores do Rio Grande, de partidos totalmente diferentes. É assinado por mim, Paulo Paim, pela Senadora Ana Amélia, do PP, e pelo Senador Lasier Martins, do PDT.

Espero, Sr. Presidente, que este projeto seja olhado com muito carinho pelo Congresso Nacional. O Rio Grande do Sul não tem mais como mandar 260 milhões por mês para o Governo Federal. O caos – queiramos ou não este é o termo –, que digo com tristeza, está instalado. Cerca de 40 mil servidores estão em greve, começaram há dois dias e vão terminar hoje. Se o pagamento não for feito, no fim do mês, daquilo a que eles têm direito... Não é aumento. É interessante, porque a greve, quando acontece, normalmente é em busca de melhores salários. Neste caso, não. E fica aqui a minha solidariedade aos servidores, trabalhadores, enfim, do meu Rio Grande. Eles só querem, porque trabalharam, o direito de receber o seu salário no fim do mês.

Já chegam a falar, Senador Capibaribe, que há a possibilidade, no próximo mês, de receberem R\$500,00. Não receberão nem um salário mínimo! Quinhentos reais se não for encontrado um caminho. E nós estamos trabalhando nesse sentido, não só os três Senadores, mas os Deputados Federais, os Governadores. Entendo eu que é importante ouvir os ex-Governadores para que se chegue a um entendimento que contribua para que o Rio Grande do Sul volte a sua normalidade e, como eu dizia aqui, na abertura, que a gente possa com orgulho dizer que sirvam as nossas façanhas de modelo a toda história.

É essa a situação em que se encontra o povo gaúcho. Esse projeto pode ser um gesto ousado na busca de solução. Eu prefiro pecar pela ousadia a ter medo de enfrentar o debate, ter posições, e não fazer nada. E ser taxado: “Paim, naquele momento da história em que o Rio Grande mais precisava dos seus agentes políticos, vocês se omitiram”. Não! Não vamos nos omitir! Estaremos na linha de frente, entrincheirados, no bom sentido, com a força da palavra, dos argumentos, de projetos, com dados, com números, para fazer o bom combate, o

combate que permita ao povo gaúcho ver a normalidade voltar, que aquele Estado, que é quarta economia do Brasil, possa usufruir de tudo aquilo que produz, que essa dívida impagável seja ajustada a parâmetros justos e que, com isso, os investimentos voltem a acontecer no Rio Grande.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância. Eu sei da solidariedade de V. Ex^a, que é um dos líderes do Partido Socialista Brasileiro e que, entendendo a essa posição do Rio Grande e diversos pronunciamentos feitos na tribuna, convidou-me para almoçar com a Bancada, para dialogar. Tenho certeza de que o PSB está solidário, de norte a sul, de leste a oeste deste País, com essa situação por que atravessa o meu Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Paim. Receba a nossa solidariedade, estendida, através de V. Ex^a, a todo o povo gaúcho, que está vivendo este momento de profunda crise. Nós esperamos poder contribuir para ajudar em busca de uma saída para o Brasil, para o Rio Grande do Sul e para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar registrado, que recebi convite do governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori para almoço nesta sexta-feira, em Porto Alegre, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, juntamente com toda a bancada federal gaúcha para tratar da dívida do estado junto à União.

Não estarei presente em virtude de compromissos aqui em Brasília. Mas, a causa é justa. Em nome dos três senadores, ainda no dia de hoje, apresentarei projeto que trata da renegociação da dívida gaúcha. A ideia não é de calote, nem de perdão, mas de justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Ou seja, correção, sem juros.

A proposta pretende uma readequação das condições nos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional, em formas diversas das adotadas pelo Governo Federal.

Desejo a todos um excelente encontro e muito sucesso nesta empreitada. O povo sul-rio-grandense clama por justiça e melhores condições de vida.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada esta sessão.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 11

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 411/2015	Magno Malta	RISF Art. 43, I	De 11/08/2015 a 13/08/2015	Licença saúde.
RQM nº 412/2015	Telmário Mota	RISF Art. 13	12/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 413/2015	Omar Aziz	RISF Art. 13	De 11/08/2015 a 13/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 414/2015	Dário Berger	RISF Art. 13	18/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 415/2015	Antonio Carlos Valadares	RISF Art. 13	12/08/2015 e 13/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 416/2015	Eduardo Amorim	RISF Art. 13	20/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 417/2015	Marta Suplicy	RISF Art. 43, I	18/08/2015	Licença saúde.
RQM nº 418/2015	Magno Malta	RISF Art. 43, I	18/08/2015	Licença saúde.
RQM nº 419/2015	Gleisi Hoffmann	RISF Art. 13	20/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 420/2015	Ivo Cassol	RISF Art. 13	20/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 421/2015	Magno Malta	RISF Art. 43, I	20/08/2015	Licença saúde.

RETIFICAÇÕES

ATA DA 110ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Publicada no *Diário do Senado Federal* nº 101, de 1º de julho de 2015)

À página 4, por erro gráfico, onde se lê:

3.2.1 – Expediente encaminhado à publicação Aviso do Banco Central do Brasil

3.2.1.1 – Projetos de Lei do Senado

3.2.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo

3.2.1.3 – Requerimentos

3.2.1.4 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

3.2.1.5 – Comunicações

3.2.1.6 – Propostas de Emenda à Constituição

3.2.1.7 – Ofício do Conselho Nacional de Justiça

3.2.1.8 - Veto

Leia-se:

3.2.1 - Expediente encaminhado à publicação

3.2.1.1 - Aviso do Banco Central do Brasil

3.2.1.2 - Projetos de Lei do Senado

3.2.1.3 - Projeto de Decreto Legislativo

3.2.1.4 – Requerimentos

3.2.1.5 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

3.2.1.6 – Comunicações

3.2.1.7 – Propostas de Emenda à Constituição

3.2.1.8 – Ofício do Conselho Nacional de Justiça

3.2.1.9 - Veto

À página 4, para correção de ortografia, onde se lê:

3.3.4 - Ofício do Supremo Tribunal Federal

Nº 313/2015, informando que os termos do referido tribubal estão uçtimanto tratativas com os setores competentes do Ministério do Planejamento acerca do reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

Leia-se:

3.3.4 - Ofício do Supremo Tribunal Federal

Nº 313/2015, informando que os técnicos do referido tribunal estão ultimando tratativas com os setores competentes do Ministério do Planejamento acerca do reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Judiciário.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfé Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

VAGO (1)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL**Finalidade:** Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

12) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

*, Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁰⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	PP
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	SD
	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 61 3303-3122****E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br**

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 154 páginas
(O.S. 13019/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

